

REVISTA | ANO 1 | Nº 1 | FEVEREIRO 2025



# ANADEP

Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos



## ANADEP 40 ANOS

Diálogo e articulação em defesa da Defensoria Pública



JANTAR DE 40 ANOS DA ANADEP  
Associação Nacional das Defensoras  
e Defensores Públicos



# CONHEÇA AS AFILIADAS DA ANADEP





### CONSELHO DIRETOR – Biênio 2023-2025\*

Rivana Ricarte – presidenta da ANADEP

Juliana Lintz – vice-presidenta institucional

Mário Rheingantz – vice-presidente jurídico-legislativo

Fernanda Fernandes – vice-presidenta administrativa

Rodrigo Duzinski – diretor de relações internacionais

Cristiano Matos – diretor da Escola Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP)

Andréa Sena – diretora adjunta da Escola Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP)

Rafael Galati – diretor(a) para assuntos legislativos

Vivian Almeida – diretora de comunicação

Andréa Coelho – diretora de eventos

Jeniffer Scheffer – diretora jurídica

Tiago Queiroz – diretor 1º secretário

Carlos Gobati – diretor 2º secretário

Mariana Py Muniz – diretora 1ª tesoureira

Rodrigo Cavalcante – diretor 2º Tesoureiro

Rochester Araújo – diretor de articulação social

Melissa Borborema – diretora de articulação social

Fábio Liberalino – diretor das aposentadas e aposentados

Olga Lemos – diretora adjunta de aposentadas e aposentados

Aryne Cunha – diretora coordenadora da Região Norte

Tereza Almeida – diretora coordenadora da Região Nordeste

João Joffily Coutinho – diretor Coordenador da Região Sul

Marolinta Dutra – diretora Coordenadora da Região Sudeste

Nancy Gomes – diretora coordenadora da Região Centro-Oeste

\*Mudanças no CD: Fev. de 2023 a jan. de 2024: Igor Santos foi vice-presidente jurídico-legislativo, Guilherme Vilela (TO) foi vice-presidente administrativo, Karoline Santos foi diretora-adjunta de relações internacionais, Ricardo Carvalho foi diretor-adjunto de assuntos legislativos. Fev. de 2023 a maio de 2023: Rita Lima foi diretora adjunta de comunicação, Mário Rheingantz foi diretor coordenador da Região Sul. Fev. de 2023 a fev. de 2024: Salomão Rodrigues foi diretor coordenador da Região Centro-Oeste

## SUMÁRIO

Atuação e avanços no parlamento  
36



Quadriênio de liderança: entrevista com Rivana Ricarte

08



Conheça a nova diretoria da ANADEP

64



40 anos de história e conquistas

14

## OUTROS DESTAQUES

Entrevista com a Ministra Macaé Evaristo	20
Plano Nacional amplia atuação de defensores(as)	27
Decisões marcantes: conquistas históricas no STF	30
Entrevista com o Deputado Stélio Dener	40
Conversa com o senador Fabiano Contarato	47
Liderança internacional: AIDEF tem nova coordenação	58
Entrevista com a nova presidenta da ANADEP	66

# Carta da Presidenta

Com grande alegria, apresento a vocês a primeira edição da Revista da ANADEP. Este espaço reflete não apenas os avanços alcançados pela nossa Associação Nacional e Defensoria Pública, mas também os desafios superados e as metas que ainda buscamos conquistar. Nossa publicação é um registro do trabalho coletivo que impulsiona a nossa Instituição.

Os últimos quatro anos foram marcados por importantes conquistas. A ANADEP consolidou-se como uma força indispensável na promoção da justiça social e na defesa dos direitos humanos no Brasil. Em um contexto de desafios políticos e reformas estruturais, a entidade intensificou sua atuação legislativa, jurídica e institucional, assumindo papel protagonista no fortalecimento da Defensoria Pública como instrumento fundamental de acesso à justiça para as populações vulnerabilizadas.

Os esforços concentraram-se na preservação de direitos conquistados e na defesa de avanços legislativos. Destacam-se a resistência à Reforma Administrativa, que ameaçava prerrogativas das carreiras públicas; à PEC 66/2023, que ameaçava realizar uma nova reforma da previdência que atingiria defensores estaduais; ao PL 6726/2016 e à PEC 45/2024, que colocavam em risco verbas e auxílios de defensores públicos e comprometeria a expansão do acesso à justiça em todo o país; e a promoção da PEC 63/2013 e PEC 10/23, em que reafirmamos a simetria constitucional com as carreiras congêneres. Além disso, celebramos a aprovação da EC 130/23 e o avanço do PL 4015/2023, que busca reconhecer como atividade de risco o exercício de funções de defensoras e defensores públicos. Não foi fácil, mas com firmeza e paciência movimentamos pautas importantes como a que destina recursos do Fundo de Direitos Difusos para o aparelhamento da Defensoria, ampliando nossa capacidade de atender a populações vulneráveis, e as mudanças legislativas nos estatutos (criança e adolescente, pessoa com deficiência e pessoa idosa).

No campo jurídico, a ANADEP atuou incisivamente na defesa do modelo público constitucional de acesso à justiça e para preservar prerrogativas institucionais, conquistando a afirmação pelo Supremo Tribunal Federal acerca da constitucionalidade da prerrogativa de requisição. Vitória de todos os defensores e defensoras que se dedicam diária e incansavelmente à defesa dos direitos da população. Avançamos no reconhecimento

do direito à percepção de honorários em ações contra o Estado, fortalecendo nossa autonomia financeira e institucional.

Com a retomada de agendas progressistas, a ANADEP intensificou sua participação em estratégias nacionais, como o plano “Defensoria em Todos os Cantos”, e debates sobre direitos coletivos e ambientais. Também defendeu maior presença da Defensoria em conselhos nacionais e Tribunais Superiores, fortalecendo a representatividade institucional. É imprescindível seguir na luta pelo quinto constitucional.

A presença internacional da ANADEP também foi ampliada tanto no Bloco de Defensores Públicos do Mercosul (BLODEPM), como junto à Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEP). Essas iniciativas posicionam a Defensoria Pública brasileira como referência mundial e abrem portas para o intercâmbio de ideias e estratégias que enriquecem nossa atuação.

Nossos avanços foram possíveis graças ao compromisso e o trabalho incansável de cada defensor e defensora pública, e da legitimidade da ANADEP na construção política-legislativa. Não podemos ignorar os desafios que permanecem: a luta pela simetria plena, o fortalecimento do nosso orçamento, a defesa de padrão remuneratório digno verdadeiramente coerente com o modelo constitucional da Defensoria Pública e a ampliação do alcance institucional em todos os cantos do país. Mais do que nunca, precisamos manter nossa unidade, nossa vigilância e nosso empenho.

Esta edição também celebra os 40 anos da ANADEP. Resgatamos a trajetória histórica que nos trouxe até aqui, revisitando os passos dados com coragem e determinação. Cada conquista narrada é um lembrete de que o trabalho coletivo, alicerçado na união e na colaboração, é a nossa maior força.

A ANADEP seguirá unida, madura, construindo pontes e firme no compromisso com a justiça e com o fortalecimento de nossa carreira.

Boa leitura!

Com admiração e respeito,

*Rivana Ricarte*

**PRESIDENTA DA ANADEP**

# Biênio 2021-2023



Diretoria da ANADEP biênio 2021-2023.



Da esquerda para a direita: o vice-presidente administrativo, Augusto Barbosa; a vice-presidenta institucional, Rita Lima; a presidenta Rivana Ricarte; e o vice-presidente jurídico-legislativo, Flávio Wandeck.



O ex-presidente da ANADEP, Pedro Paulo Coelho (Biênio 2019-2021), e a presidenta empossada, Rivana Ricarte.



Compuseram a mesa de abertura, o secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança, Tercio Issami Tokano; o deputado federal Professor Israel (PV-DF); a presidenta do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege), Maria José Silva de Nápolis; e a vice-presidenta da ANADEP, Rita Lima.

# Biênio 2023-2025



Diretoria da ANADEP biênio 2023-2025.



Da esquerda para a direita: o vice-presidente administrativo, Guilherme Vilela; a vice-presidenta institucional, Juliana Lintz; a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte; e o vice-presidente jurídico-legislativo, Igor Santos.



Compuseram a mesa de abertura o então secretário de acesso à justiça, Marivaldo Pereira; a deputada federal Antônia Lúcia (Republicanos-AC); o deputado federal Stélio Dener (Republicanos-RR); o então presidente do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), Florivaldo Fiorentino Júnior; a ex-vice-presidenta institucional da ANADEP, Rita Lima; e a defensora pública Juliana Lintz, que tomou posse no cargo de vice-presidenta institucional da ANADEP para o próximo biênio.

# Desafios e conquistas

## Liderança e Compromisso de Rivana Ricarte à frente da ANADEP

**A**ssumir a presidência da ANADEP como mulher trouxe novos olhares e desafios. Quais avanços você destaca na luta por maior representatividade e equidade de gênero na Defensoria Pública?

A primeira presidenta mulher da ANADEP foi a defensora pública do Mato Grosso do Sul Suely Pletez Neder. No Biênio 2023-2015, tivemos à frente da entidade, a defensora pública do Rio Grande do Sul Patrícia Kettermann. Na gestão de Antonio Maffezoli (2017-2019), a ANADEP foi a primeira entidade associativa que mudou o nome para colocar a flexão de gênero, passando a se chamar Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos. Em seguida, tivemos a campanha nacional pautada pela comissão da mulher: a campanha “Em defesa delas”. Então, posso afirmar que foi esse o contexto do conjunto de discussões até a minha eleição como presidenta.

Cabe destacar que foi a primeira vez que a ANADEP teve duas mulheres à frente da entidade, trouxe outra mulher para a vice-presidência, Rita Lima, no primeiro mandato, e Juliana Lintz, no segundo. Juntas pudemos mostrar que a mulher pode ocupar esses espaços com competência, com trabalho, com outro olhar de fazer. Foi uma conquista pelo trabalho.

Mas ainda temos muito a avançar. Quando consideramos a mulher negra, a mulher indígena, a mulher LGBTQIA+, não vemos elas nesses espaços de poder dentro da Defensoria Pública também. Na minha gestão buscamos trabalhar isso com a campanha contra o ra-

cismo; no incentivo às cotas nos concursos públicos da Defensoria; buscamos fortalecer a comissão étnico-racial com a realização do primeiro Encontro da Frente Afro-Indígena da Defensoria Pública. Promovemos duas edições do “Curso de Formação Política, Participação Institucional e Liderança para Defensoras Públicas”.

Estas pautas são muito importantes e significativas. Infelizmente, as violações acontecem e, às vezes, a gente é engolida nesse espaço de violação porque a sociedade como um todo é muito patriarcal e machista. Os espaços políticos em geral ainda são muito permeados por homens. Por isso que precisamos cuidar da representação feminina. Não é uma simples representação, é uma política de afirmação, de presença, de atuação forte. Temos que apoiar e cultivar essas lideranças.

### Como você avalia os maiores desafios enfrentados durante sua gestão nos biênios 2021-2023 e 2023-2025?

O maior desafio é lidar com o grande volume de pautas com a responsabilidade de manter a presença constante da ANADEP junto aos poderes públicos: estar fisicamente acompanhando as pautas do Congresso Nacional, do Supremo e do Poder Executivo.

Em 2021, por exemplo, o contexto ainda era de pandemia. Era um momento de reinventar o nosso fazer e de assimilar as ferramentas virtuais. Na posse do primeiro mandato ainda estávamos de máscara; com poucas pessoas no presencial. Era bastante difícil ir ao Congresso Nacional e tínhamos muitas pautas

acontecendo: cortes de gastos, ajustes, PECs do governo.

Com o controle do COVID veio o desafio de também retornar ao presencial, mobilizar as pessoas para estarem em Brasília. A reforma administrativa, PL do extrateto e PEC 63/2013, que tramitaram em 2021 e 2022, foram episódios que geraram mobilização e essa afirmação da importância de estarmos juntos de novo, lado a lado, trabalhando pela Instituição no Congresso Nacional.

Com as eleições presidenciais, e o novo governo, em 2023, além das pautas legislativas, o desafio foi retomar diálogos e conquistar novos espaços também no Executivo, especialmente no Ministério da Justiça e no Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. A ANADEP passou a estar muito mais presente em espaços nacionais de construção de política pública, como, por exemplo, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, entre outros. Ocupar esses espaços gera mais responsabilidade associativa. Projetamos ainda a ANADEP no cenário eleitoral com a participação nas missões de observação eleitoral.

### Em meio a pautas desafiadoras no Congresso Nacional, quais avanços legislativos você considera mais emblemáticos para a Defensoria Pública?

Nós enfrentamos muitas pautas importantes no Legislativo. A reforma administrativa foi algo bastante desafiador. Logo no ini-



“

**A DEFENSORIA PÚBLICA É A INSTITUIÇÃO QUE MAIS CRESCEU DESDE A PROMULGAÇÃO DA CARTA MAGNA. AINDA NÃO ESTAMOS EM UM PATAMAR DE TRANQUILIDADE, MAS AVANÇAMOS MUITO.**

”

cio da tramitação, percebemos que havia certa confusão quanto ao papel da Defensoria Pública e à estruturação da carreira. Depois de muito debate, conversas e reuniões, fomos percebendo a mudança de discurso dos parlamentares, a compreensão de que a Defensoria Pública é sim Carreira Típica de Estado. Nas audiências públicas, estávamos junto das associações nacionais da Magistratura e do Ministério Público, o que representava o reconhecimento da simetria constitucional. Ao final, o texto acabou não sendo votado, mas considero que essa mudança de percepção do parla-

mento foi uma vitória relevante.

Na discussão do PL extrateito também conseguimos avançar em um trabalho conjunto, com a inclusão da Defensoria Pública que, junto com o Judiciário e o MP, forma a tríade do sistema de justiça - o reconhecimento da simetria entre as carreiras está na topografia legislativa. Com isto consolidado, garantimos nossa inclusão também na discussão da PEC 63, o que foi uma vitória muito importante! Essa PEC começou a tramitar em 2013, uma época em que a Defensoria não tinha autonomia ainda. Quando a matéria efetivamente voltou a tramitar, em 2022, nossa estratégia legislativa foi exitosa com a inclusão da Defensoria Pública. Foi um trabalho coletivo abraçado por todos os presidentes das associações estaduais, envolvemos o CONDEGE, ANADEF, deu certo. A emenda apresentada pela Senadora Soraya Thronicke foi acatada no texto do relator, Senador Eduardo Gomes que foi lido no Plenário do Senado em novembro de 2022. Em 2023, a PEC 63/13 se tornou a PEC 10/23, e todos os passos de seu andamento no último biênio tem contado com o trabalho da ANADEP para garantir a valorização da Defensoria Pública e que direitos e prerrogativas de defensoras e defensores públicos sejam respeitados.

A aprovação da PEC da Permuta, em 2023, também deve ser considerada um avanço legislativo, porque abriu o espaço para a regulamentação da permuta entre defensores estaduais.

No ano de 2024 fomos vitoriosos em outras pautas desafiadoras como a PEC 66/23, que tentou incluir o tema de uma nova reforma da previdência para os estados, e que atingiria defensores públicos; e a PEC 45/2024, que colocava em risco verbas e auxílios de defen-





Ao longo do ano, a diretoria da ANADEP reúne as representações das Associações Estaduais e do Distrito Federal durante as assembleias gerais extraordinárias. No encontro, são debatidos temas de interesse da categoria.

sores públicos e comprometia a expansão do acesso à justiça em todo o país. Vale ressaltar também o PL da atividade de risco, cuja tramitação ainda está em andamento. O texto do senado acatou a inclusão da Defensoria Pública e, no retorno da votação do texto na Câmara em dezembro/24, ficou evidenciado a força da nossa mobilização para a manutenção do texto do senado. Confio muito que alcançaremos essa vitória para os próximos meses.

Outras pautas, como o projeto que destina 15% dos recursos arrecadados pelo Fundo de Direitos de Fuso Coletivo à Defensoria Pública, a lei geral dos concursos públicos, bem como de projetos que buscam atualização de estatutos para incluir expressamente a atuação de defensoras e defensores públicos também foram passos importante.

O trabalho da ANADEP exige muita presença e alerta, porque a qualquer momento as coisas acontecem no Legislativo. Às vezes, são iniciativas que ferem nossa autonomia e que nem chegam a ser co-

nhecidas pelo defensor e defensora pública na ponta porque a gente consegue, na origem, evitar que o texto avance. O trabalho feito diariamente é muito maior do que aquele que aparece realmente.

Todas as conquistas da nossa carreira foram alcançadas com muito trabalho, nada foi fácil. Com a comemoração dos 40 anos da ANADEP resgatamos um pouco dessa história. São passos que nos levam aos grandes resultados. Precisamos trabalhar também pela manutenção do que foi conquistado.

Na ANADEP estamos nesse estado de alerta constante. Não dá para dormir, não tem descanso. É um compromisso muito sólido. A gente sabe em que posição estamos e onde queremos chegar. Agora, não basta chegar e cair. É melhor caminhar um pouco mais lento, mas não retroceder. É preciso ter estofa para sustentar os questionamentos e ataques quando alcançamos uma nova posição. A ANADEP tem se empenhado muito para avançar e, também, para nos manter.

### Quanto ao Tribunais Superiores e Conselhos Nacionais, o que você destacaria?

Nesta seara jurídica destaco importante a afirmação da prerrogativa de requisição dos defensores e das defensoras públicas. Em 2020, o procurador-geral da República ingressou com 21 ações contra as prerrogativas das Defensorias nos estados. De uma vez só, 21 ADIs. A ANADEP habilitou-se em todas. Trabalhamos com muita estratégia, até mesmo porque as ações estavam distribuídas a vários ministros diferentes. Buscamos esclarecer os ministros, a comunidade jurídica e a sociedade sobre a necessidade real desta prerrogativa, um direito que na verdade é do assistido. Houve um engajamento da sociedade civil em defesa da carreira. Conseguimos uma grande mobilização ainda na pandemia.

A prerrogativa de requisição não é um poder do defensor ou da defensora, é um recurso que dá agilidade para o acesso à justiça.

Conseguimos uma presença exitosa nas redes sociais e na mídia, inclusive junto ao parlamento. A Globo News ficou um dia inteiro falando sobre o tema. Foi uma grande mobilização e uma grande vitória: em todas as ações a prerrogativa de requisição da Defensoria foi considerada constitucional.

No STF também houve uma vitória muito importante, que é a questão do reconhecimento dos honorários sucumbenciais das Defensorias Públicas em ações contra o Estado, o Tema 1002.

Durante a gestão ainda finalizamos uma discussão antiga sobre a necessidade de vínculo institucional dos defensores e defensoras com a OAB. É uma ação antiga, mas o julgamento terminou apenas por agora, decidindo pela não necessidade de vínculo com a OAB. E, tendo concluído isso, agora temos uma nova possibilidade que é a discussão muito necessária acerca do quinto constitucional. As Cortes Superiores precisam ter todas as representações das carreiras de justiça e a Defensoria Pública não ocupa este espaço. Então, isso é uma nova etapa de construção, de avaliarmos com estratégia o melhor caminho. No Conselho Nacional de Justiça (CNJ), enfrentamos a luta pelo fortalecimento do modelo público constitucional de acesso à justiça. A Constituição de 88 fez uma opção clara pelo principal modelo público de acesso à justiça; a advocacia dativa é subsidiária. Estamos vivendo o crescimento da Defensoria Pública e queremos que vá mais além, por isso trabalhamos, por exemplo, com o programa “Defensoria em todos os cantos”, junto com o Ministério da Justiça. Estamos atuando estrategicamente junto aos conselheiros do CNJ.

As comissões temáticas da ANADEP também têm conseguido

relevante participação nos grupos de trabalho do CNJ e assim estamos sempre contribuindo com a evolução do pensamento do Judiciário em diversos sentidos. Por exemplo, a presença da ANADEP no Fórum LGBTQI, no Fórum da Violência contra a Mulher e no Pop Rua.

### **Qual a importância de fortalecer o diálogo da Anadep com outras instituições?**

Isso é essencial porque traz mais força para todos na atuação conjunta em pautas comuns. A credibilidade que temos alcançado, inclusive perante as associações nacionais do sistema de justiça, vem da seriedade e responsabilidade com que buscamos atuar. Então, as oportunidades de parceria e diálogo vão se abrindo, possibilitando uma atuação mais consistente na proteção de defensores e defensoras públicas.

O resultado disso é ver aprovado emendas em projetos de lei, como solicitamos, o aumento de convites para audiências públicas, diálogos com parlamentares avaliando minuta de proposições legislativas relacionadas ao arcabouço jurídico – são esses os sinais que refletem o crescimento da presença da ANADEP. Quando o parlamentar procura a Associação para saber o nosso posicionamento acerca de determinado tema, isso significa que estávamos avançando na direção certa. Isso é fruto de toda a consolidação histórica do trabalho que vem sendo realizado pela ANADEP.

### **O que motivou a criação do Memorial ANADEP e do documentário comemorativo dos 40 anos da associação, e qual é a importância de resgatar a história da entidade para o futuro da Defensoria Pública?**

Eu gosto muito de analisar a história. É importante compreen-

der o que nos fez chegar até aqui, dar crédito ao que foi realizado, porque as coisas não acontecem do nada. Sem conhecer o passado é muito difícil ter um presente sólido e pensar no futuro. E ao sabermos como a história foi construída até aqui, podemos pensar no que podemos fazer daqui para frente, pensando num futuro duradouro.

Então, para celebrar o aniversário de 40 anos da ANADEP e para dar ferramentas aos novos colegas, a diretoria trabalhou no desenvolvimento do Memorial ANADEP, um acervo digital com lutas e vitórias, e gravamos um documentário com todos os presidentes e presidentas da ANADEP. O documentário é uma coletânea bem importante da história institucional da ANADEP e da Defensoria Pública. Nas ações de comemoração, contamos com a presença de parceiros históricos da associação.

### **Qual a sua avaliação do crescimento da carreira da Defensoria?**

Estamos vivendo um grande período de amadurecimento e crescimento da Defensoria Pública. Os colegas que entram agora vivenciam um cenário muito melhor do que 22 anos atrás, quando eu entrei na Defensoria Pública. Nossa instituição está se consolidando cada vez mais, hoje já temos uma identidade mais definida do que é a Defensoria Pública. Então, essa identidade mais consolidada tem gerado ingresso de concursados(as) com a identidade profissional mais ligada à instituição. Isso é muito bom.

Por outro lado, porque a instituição está também nessa crescente, às vezes o(a) colega entra e acha que as coisas estão prontas, que o debate sobre a simetria já está concluído, por exemplo. Mas não é assim, precisamos batalhar muito ain-

## ENTREVISTA

da para conquistar novos espaços e para manter nossas conquistas. Seja sobre a simetria ou sobre o orçamento disponível. São questões que precisam ser construídas.

Penso que a Defensoria é a instituição que mais cresceu desde a promulgação da Carta Magna. Contudo, ainda não estamos em um patamar de tranquilidade, o trabalho tem que ser muito contínuo para que, de fato, a população vulnerável tenha um melhor atendimento, dentro dessa melhor estrutura.

Em Brasília, a ANADEP reflete a identidade da Defensoria Pública nos espaços políticos. E, por isso, tem por responsabilidade o fortalecimento institucional e a defesa das prerrogativas de defensoras e defensores públicos. Portanto, temos o dever de fortalecer a instituição, fortalecer o arcabouço legislativo, fazer a defesa jurídica da instituição quando há esses ataques, fortalecer as prerrogativas de defensoras e defensores públicos na atuação, tanto das condições de prerrogativas de trabalho, mas também da legislação infraconstitucional.

**A ANADEP assumiu papéis de liderança internacional significativos durante seu mandato. Quais impactos essas ações trouxeram para a visibilidade e fortalecimento da Defensoria Pública brasileira no cenário global?**

Desde o início, a ANADEP sempre participou dessa área de discussões internacionais de fortalecimento da Defensoria na América Latina. De 2021 a 2022, sob a nossa gestão a ANADEP esteve à frente da coordenação geral do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM), realizamos e sediamos o Congresso do BLODEPM em Brasília. Em outubro de 2024, a associação foi eleita para



**Pela primeira vez, a ANADEP teve na presidência e vice-presidência duas mulheres.**

assumir a coordenação da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF).

É algo muito entusiasmante! Após 10 anos, a ANADEP ocupa novamente a coordenação da AIDEF e muito porque os outros países querem replicar o nosso modelo. É uma responsabilidade muito grande devido a alta expectativa que eles têm por causa da nossa atuação e conquistas. Estamos deixando para a nova diretoria um legado de muita relevância, de diálogo e acesso a organismos internacionais.

**Após uma experiência tão rica e abrangente como presidente da ANADEP, quais aprendizados e novas perspectivas você leva ao retornar para sua atuação como defensora pública no Acre?**

Finalizo o meu mandato mais apaixonada pela Defensoria Pública. Fico realmente emocionada por ter conhecido tantos colegas que realizam trabalhos maravilhosos. Tem muita gente boa que mesmo sem a estrutura adequada de trabalho tem iniciativas incríveis. Então, eu levo muito mais amor pela Defensoria.

A presidência da ANADEP é

uma experiência que muda o nosso olhar sobre a instituição. Estou mais comprometida com a Defensoria Pública, mais solidária com quem está querendo fazer que a coisa dê certo. Foi uma honra também projetar o nome do Acre, da Defensoria Pública do Estado do Acre em âmbito nacional. Ser a primeira defensora nortista a ocupar a presidência.

Na proposta de atuação coletiva como é a atuação associativa, nada é sobre você. Passamos a ser uma peça relevante na engrenagem - em alguns momentos é preciso dar um comando, mas não faço nada sozinha, não movimento o Congresso Nacional para aprovar um projeto de lei sozinha. Quem está na presidência canaliza a voz de muita gente.

Retorno muito mais consciente de qual é o papel e o desafio dos defensores e das defensoras públicas; com muito mais compromisso de trabalhar para esse fortalecimento da instituição. E retorno muito feliz em saber que o trabalho da ANADEP continuará fortalecido com a nova Diretoria eleita que assume em fevereiro, sob a presidência da colega Fernanda Fernandes.



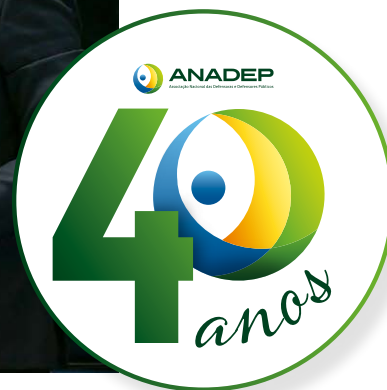
ONDE HÁ  
DEFENSORIA,  
HÁ JUSTIÇA E  
*Cidadania.*



Fortalecer a Defensoria Pública e valorizar as defensoras e defensores reforça o acesso à justiça, a defesa de direitos e a promoção da cidadania para a população.



**ANADEP**  
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos



# 40 anos ANADEP

Há quatro décadas em defesa do modelo constitucional de acesso à justiça e das prerrogativas das defensoras e dos defensores públicos

No dia 3 de julho de 2024, a ANADEP completou 40 anos de existência e atuação. Os frutos de décadas de dedicação se manifestam no fortalecimento da Defensoria Pública brasileira e, por consequência, no amplo acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade de todo país. A entidade representa cerca de 7000 defensoras e defensores públicos ativos e inativos de 27 unidades da federação, responsáveis constitucionalmente pela defesa judicial e extrajudicial, em todos os graus de jurisdição, das pessoas em situações de vulnerabilidades. A ANADEP é a maior entidade da categoria de defensoras e defensores públicos das Américas.

A comemoração deste importante momento histórico foi feita com toda a reverência necessária: a gestão 2023-2025 promoveu uma série de ações para resgatar a memória e homenagear as pessoas que contribuíram com a jornada de êxitos da ANADEP e da própria Defensoria Pública.

“É uma honra construir a história da criação e fortalecimento da Defensoria Pública em todas as unidades da federação, lutar pela sua autonomia funcional, administrativa e financeira, trabalhar para garantir o respeito às prerrogativas de defensoras e defensores públicos, buscar assegurar a unidade, indivisibilidade e independência funcional, assim como atuar em defesa da simetria constitucional. Celebrar a data é, antes de tudo, dar sentido à existência da entidade nacional que, ao ser paladina da Constituição Federal, também é uma das legítimas causas da gente brasileira”, pontua a presidenta, Rivana.

### SELO 40 ANOS

Com a finalidade de comunicar as ações celebrativas, a ANADEP lançou o selo comemorativo. Além de integrar as peças específicas do aniversário institucional, a marca foi aplicada nas publicações e documentos oficiais. O selo mantém as cores da logomarca da ANADEP e traz como principal novidade o termo “40 anos” com a fonte itálica e cursiva, inspirando no(a) leitor(a) o sentimento de uma celebração especial.



Diretoria ANADEP, representantes das Associações Estaduais e do Distrito Federal e defensores(as) públicos(as) gerais durante a Sessão Especial dos 40 anos da ANADEP no Senado.

## Celebração nacional

A Sessão Especial do Senado Federal em prol dos 40 anos da ANADEP foi um marco histórico. A comemoração com os poderes públicos realizada no dia 11 de julho de 2024 contou com a presença de representantes do Legislativo, do Judiciário, de defensoras e defensores públicos de todo o País, inclusive dos(as) representantes das Associações Estaduais e do DF e dos(as) defensores(as) públicos(as) gerais.

O diálogo democrático é uma forte característica da ANADEP. No Legislativo, atua de forma efetiva com sugestões e acompanhamento de projetos em tramitação. Nas Cortes Superiores, especialmente no Supremo Tribunal Federal, atua para que a autonomia das Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal seja preservada contra qualquer retrocesso para a carreira das defensoras e defensores públicos. No Poder Executivo, contribui com a formulação de políticas públicas de acesso à justiça das pessoas em situações de vulnerabilidades.

A mesa de honra da sessão foi composta pelo presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG); pelo Ministro Edson Fachin, vice-presidente no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF); pela presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte; o presidente da ANADEP (Biênio 1990-1994) e defensor público do Rio de Janeiro, André Luiz de Felice; a presidenta da ADEP-MG e defensora pública de Minas Gerais, Marolinta Dutra; e o presidente do CONDEGE, Oleno Matos.

Também participaram da sessão especial o deputado federal Defensor Stélio Dener (Republicanos-RR), a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e o senador Paulo Paim (PT-RS), além dos presidentes que comandaram a ANADEP nas últimas décadas: Leopoldo Portela Júnior (Biênio 2003-2007/MG), André Castro (Biênios 2009-2011 e 2011-2013/RJ), Antonio Maffezoli (Biênio 2017-2019/SP) e Pedro Paulo Coelho (Biênio 2019-2021/ES). Houve ainda a presença de representantes da ANADEF, ANPR e ANAMATRA.

“

**QUE A ANADEP  
CONTINUE SENDO UM  
FAROL DE ESPERANÇA  
E UM EXEMPLO DE  
LUTA PELA GARANTIA  
DOS DIREITOS  
HUMANOS, PELA  
INCLUSÃO SOCIAL  
E PELA DEFESA  
CORPORATIVA  
LEGÍTIMA NO ÂMBITO  
DAS INSTÂNCIAS DA  
DEFENSORIA PÚBLICA.**

”

**RODRIGO PACHECO**  
Presidente do  
Senado Federal

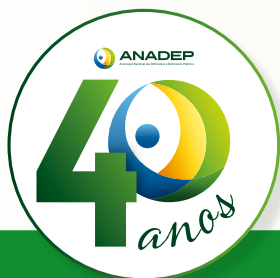
## ANIVERSÁRIO



**QUANDO FALTA  
A DEFENSORIA,  
FALTAM OS DIREITOS  
E SE EMBRUTECE  
O SOFRIMENTO  
DAS PESSOAS MAIS  
AGREDIDAS  
E VIOLADAS.**



**EDSON FACHIN**  
Ministro do Supremo  
Tribunal Federal



Ao abrir a sessão, Pacheco lembrou que a Constituição assegura a todos os cidadãos o direito à assistência jurídica integral e gratuita, e que cabe à Defensoria Pública fazer com que isso não seja apenas uma afirmação formal de princípios, mas um direito efetivo. Para ele, a instituição é pilar essencial do sistema de justiça, em especial no que se refere à defesa dos direitos dos mais vulneráveis.

“Que a ANADEP continue sendo um farol de esperança e um exemplo de luta pela garantia dos direitos humanos, pela inclusão social e pela defesa corporativa legítima no âmbito das instâncias da Defensoria Pública. Parabéns ANADEP pelos seus 40 anos de história. Que muitos mais venham com ainda mais conquistas e avanços em prol de uma Justiça acessível e efetiva para todos!”, homenageou Pacheco.

Por sua vez, o ministro Edson Fachin, presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal, lembrou que a história da ANADEP se confunde com a história da própria Defensoria Pública, instituída pela Constituição como função essencial à Justiça. Ele des-

tacou o trabalho da Associação como protagonista na consolidação e fortalecimento da Defensoria como instituição que atua na defesa dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

“Com esse respeito e com esse credo democrático da independência com harmonia, faço votos de que a Defensoria Pública brasileira se fortaleça cada vez mais, pois isso significa o acesso à Justiça e a materialização de direitos fundamentais para as parcelas mais necessitadas da população brasileira. Quando falta a Defensoria, faltam os direitos e se embrutece o sofrimento das pessoas mais agredidas e violadas. Parabéns à ANADEP pelos seus 40 anos de luta e de conquistas. Que a sua presença, inclusive nos tribunais e conselhos nacionais, possa levar a voz dos mais vulneráveis à jurisprudência brasileira”, comemorou Fachin.

A presidente da ANADEP, Rivana Ricarte, entregou ao Ministro Edson Fachin e ao Presidente Rodrigo Pacheco troféu em agradecimento ao Congresso Nacional e STF pelo apoio nas causas de fortalecimento da Defensoria Pública.

### MEMORIAL ANADEP

Acervo digital de preservação das lutas e vitórias que moldaram a história da Defensoria Pública. Projeto especial com marcos históricos, perfis das presidentas e presidentes, ENADEP, atuação internacional, campanhas, e muito mais.



### DOCUMENTÁRIO ANADEP

O filme conta entrevistas com as presidentas e presidentes que estiveram à frente da Associação Nacional, que narram a memória e o legado da ANADEP.



### FOLDER DIGITAL

Peça gráfica que traz o recorte dos principais acontecimentos da ANADEP, desde sua criação até os dias atuais. O folder conta com a galeria de presidentes(as), linha do tempo, identidade visual, CONADEPS, campanhas nacionais, comissões temáticas, sedes, etc.







## Encontro entre amigos

Um jantar especial no restaurante Rubaiyat, em Brasília, também marcou a passagem dos 40 anos da entidade. O evento reuniu mais de 200 pessoas entre ex-presidentes da ANADEP, presidentes(as) das Associações Estaduais e do DF, defensores(as) públicos(as) gerais, defensoras e defensores públicos associados(as), representantes dos Três Poderes, além da sociedade civil e imprensa.

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, agradeceu a presença de todas e todos. Para ela, a chegada dos 40 anos da entidade é uma data que marca um espaço de resgate da memória do associativismo. “Nossa entidade só permanece ativa por tanto tempo com muito consenso, diálogo e construção de muitas pontes dentro da Defensoria Pública e com todos os Poderes da República, com a sociedade civil e com outras entidades de classe”, afirmou. Um dos pontos altos da noite foram as homenagens feitas àqueles que contribuíram com o fortalecimento da Defensoria Pública brasileira.



Ex-presidentes da ANADEP durante jantar especial em alusão aos 40 anos da entidade. Da esq. para a dir.: Antonio Maffezoli, André Castro, André de Felice, Fernando Calmon, Leopoldo Portela e Pedro Coelho.

# ANIVERSÁRIO



## SEMINÁRIO

# 35 anos da Constituição Federal

O seminário “35 anos da Constituição Federal de 88 e Defensoria Pública: garantia de acesso à justiça”, foi promovido pela ANADEP em setembro de 2024 no Auditório Tancredo Neves, do Ministério da Justiça. O aniversário da Carta Magna também é um momento de se ressaltar a importância do modelo público de assistência jurídica integral e gratuita prestada exclusivamente pela Defensoria Pública.



# Macaé Evaristo

## Ministra dos direitos humanos destaca parceria com a ANADEP

**M**inistra, neste governo houve uma verdadeira reconstrução das políticas de direitos humanos. Neste sentido, quais são os temas prioritários do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) atualmente?

Nesses dois anos de governo, como diz o presidente Lula, trabalhamos na plantação de nossos objetivos e metas. A partir de 2025, será o tempo da colheita. Do ponto de vista do nosso Ministério, falar sobre direitos humanos é falar da permanente disputa por garantia de direitos a toda a população, em especial aquela que é historicamente negligenciada ou mesmo invisibilizada. É o caso das pessoas em situação de rua, daquelas privadas de liberdade, da população formada por pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas LGBTQIA+, migrantes e os mais diversos defensores de direitos no campo, na floresta, nas águas e no meio urbano. Nossa tarefa é também trazer à sociedade a mensagem de que os Direitos Humanos estão em todos os lugares: está na defesa da democracia, dos direitos fundamentais, no acesso ao meio ambiente, à moradia, à comida, à cultura, ao trabalho, à renda, à saúde, enfim, à cidadania. Veja, as nossas agendas são transversais e envolvem todos os ministérios do Governo Federal. Por isso, nossa cultura é de diálogo, participação popular, empresarial e governamental.

Até aqui, construímos políticas públicas que carregam essa transversalidade entre os mais diversos agentes públicos, como o Novo Viver sem Limite, o Plano Ruas Víveis, as Escolas de Conselhos, o

Acolher+, o Empodera+, o Bem Viver+, o Envelhecer nos Territórios, o Cidadania Marajó e, é claro, o nosso carro-chefe, que é o Disque 100 – serviço que passará por uma reformulação por meio de nova licitação que primará pelo acompanhamento permanente das denúncias.

**Muitos brasileiros buscam a Defensoria para garantir seus direitos mais básicos. Como a senhora vê a importância de políticas voltadas para o acesso à justiça às pessoas em situações de vulnerabilidades?**

É importante afirmar que o crédito que determinados setores sociais atribuem às políticas voltadas aos cidadãos brasileiros é parte de um conjunto de valores que promovem a desunião, a negação de direitos e a opressão como forma de manipular mentes e corações. Há quem pense que “farinha pouca, meu pirão primeiro”. Mas não é assim que se constrói um país livre e soberano, pois a nossa força está no coletivo, na correta distribuição de renda, na luta por reforma agrária, na taxaço dos super ricos porque, se não, nós não zelaremos pela nossa Constituição. Direitos básicos são direitos universais, equânimes e libertários. Emancipar a nossa população é, sem sombra de dúvidas, promover o acesso à justiça a todas as pessoas. É preciso dizer a elas que elas são sujeitos de direitos: desde a pessoa em situação de rua até a que está em privação de liberdade, comunidades locais e toda a pluralidade que compõe nossa bandeira.

**Como a senhora avalia o papel da Defensoria Pública atualmente?**

**Acredita que a Instituição tem dialogado de forma eficaz com os temas transversais trabalhados pelo MDHC?**

Com certeza. Acredito na força, na gana e na garra das mais de 6,8 mil defensoras e defensores que compõe nosso país nas 27 unidades da federação. Estive no 16º Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Conadep), em novembro de 2023, em São Luís. Pude presenciar e reafirmar naquele momento o compromisso que temos de construir uma Defensoria comprometida com a democracia, com o Estado Democrático de Direito, que é o que norteia o papel da ANADEP, uma associação parceira do nosso Ministério. É preciso ampliar, fortalecer e democratizar, cada vez mais, esse acesso. É preciso que nosso compromisso esteja, sobretudo, na derrocada do pensamento decolonial, dos crimes racistas, do sexismo, da LGBTQIA+fobia, do capacitismo, do etarismo, do machismo, do ódio, de extremismos.

**Como a senhora avalia a proximidade da Defensoria Pública nos territórios, em contato com as comunidades? Na sua visão, isso é um diferencial na atuação da Instituição?**

Naturalmente. Nosso país é composto mais de 216 milhões de pessoas que não vivem apenas nos centros urbanos, nas grandes cidades ou capitais. Temos populações periféricas, invisibilizadas, no campo, nas águas, nas florestas. Ao longo de 2023, por exemplo, trabalhamos no aprimoramento do Programa e da Política Nacional de



Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas. Depois de muitas oitivas, audiências e consultas públicas, temos agora a missão de colocar em prática essa reformulação por meio de um anteprojeto de lei. Toda essa revisão inclui muita participação social que clama por uma nova abordagem, por exemplo, das forças de segurança pública. Não é possível pensar direitos humanos sem considerarmos a situação de insegurança a que nossa sociedade vive por forças de agente de segurança pública, que também são vítimas dessa máquina feroz de destruição de nossa dignidade.

Nesse contexto, os defensores públicos foram, são e serão fundamentais. Defensores públicos salvam vidas.

**A ANADEP colabora com o MDHC em diversas frentes, como a Comissão Nacional de Direitos Humanos**



**A DEFENSORIA É AQUELE ESPAÇO QUE FUNCIONA COMO PORTA DE ENTRADA PARA QUE NOSSA POPULAÇÃO DEIXE DE PASSAR FOME E TENHA ACESSO AO REGISTRO CIVIL, UM DOS PRINCIPAIS SÍMBOLOS DE NOSSA CIDADANIA.**



**MACAÉ EVARISTO  
Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania**

**(CNDH), o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), e o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT). Qual a importância da presença da Defensoria Pública nessas atividades?**

São mais de 40 anos da ANADEP na construção de uma sociedade que respeite a Constituição Cidadã. Avalio, portanto, que a presença de vocês em nossos colegiados é estratégica. A assistência jurídica integral e gratuita é o lema da Associação, e toda a memória e luta que vocês trazem nessa trajetória inspiram e aprimoram nossas políticas públicas. E é esse acesso aos direitos básicos que devemos levar a pessoas que estão em ocupações, nas ruas e que, às vezes, até tem medo do estado brasileiro. É preciso democratizar o tratamento humanizado neste país, reduzir danos, prevenir violações de direitos e proteger nossos direitos básicos.

## Parceria com o Conselho Nacional de Direitos Humanos

**E**m 2023, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, celebrou Termo de Cooperação com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Portanto, a ANADEP pode participar das reuniões do Conselho, com direito a voz, e tem garantia de representatividade nas comissões permanentes do CNDH.

O trabalho conjunto é mais um passo relevante no fortalecimento da promoção e na defesa dos direitos humanos no Brasil. Com a presença da Defensoria Pública, o Executivo ganha importante reforço para aperfeiçoar as políticas públicas voltadas para as situações de ameaça ou violação de direitos tanto da sociedade, quanto de defensoras e defensores públicos.



O acordo de cooperação técnica foi assinado em 2023 com o presidente do CNDH, André Carneiro Leão.

## ANADEP assume vice-presidência do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

**C**om a presença da ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, os(as) novos(as) membros(as) do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) para o biênio 2024-2026 foram empossados. Na ocasião, a ANADEP foi eleita, pela primeira vez, para assumir a vice-presidência do Colegiado. A vice-presidenta administrativa da ANADEP, Fernanda Fernandes, é quem representa a entidade no CNPCT, ao lado do defensor público de São Paulo, Mateus Moro. Segundo ela, a indicação da Associação Nacional para o cargo reafirma o compromisso da entidade em defender a dignidade humana. "O Comitê é este lugar onde, lado a lado com a sociedade civil, vamos construindo pontes de diálogo, realizando inspeções, denúncias e promovendo ações concretas para a melhoria das condições de vida e o respeito integral aos direitos desses cidadãos.", disse.



Fernanda Fernandes, Macaé Evaristo e Rivana Ricarte na posse dos(as) novos(as) membros(as) do CNPCT.

# Encontro Regional

Encontro Regional das Defensoras e Defensores Públicos das Regiões Sul e Sudeste. O evento foi promovido em 2023 na cidade de Foz do Iguaçu (Paraná). O Encontro reuniu mais de 200 participantes em torno da temática "Defensoria Pública: debates contemporâneos". As duas regiões congregam mais de 3000 mil defensoras e defensores públicos.



CONGRESSO

# CONADEP Goiás

Mais de 1000 pessoas lotaram o auditório do Teatro Rio Vermelho, do Centro de Convenções de Goiânia, para acompanhar o XV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (CONADEP). O evento foi uma realização da ANADEP, em parceria com a Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos (AGDP), de 8 a 11 de novembro de 2022.





# CONADEP Maranhão

O maior encontro da Defensoria Pública nacional reuniu cerca de 1000 participantes em São Luís, capital do Maranhão, de 12 a 15 de novembro de 2024, no Centro de Convenções Governador Pedro Neiva de Santana. O XVI CONADEP foi organizado pela ANADEP e pela Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA).



# Mapa digital

## ANADEP e IPEA lançam 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil

**E**m 2021, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lançou o 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil. Conforme dados do 2º Mapa, os(as) defensores(as) públicos(as) estão presentes em apenas 42% das comarcas (1.162 de 2.762 comarcas). Por isso, muitas pessoas têm de recorrer a outras cidades para usufruírem deste direito. Ainda assim, a Defensoria consegue atender, anualmente, cerca de 14 milhões de pessoas que precisam do auxílio.

O Mapa revela, por exemplo, que o número de defensoras e defensores no país está bem longe do ideal estabelecido pelo Ministério da Justiça, de um(a) defensor(a) público(a) para atender a cada 15 pessoas em situações de vulnerabilidades. Atualmente, há 6.235\* profissionais para atender toda a população brasileira que precisa de assistência jurídica gratuita, sendo necessários pelo menos 4,7 mil defensores de carreira a mais para atender a demanda existente

no país. Ou seja, um aumento de 79,4% de profissionais na carreira.

### NECESSIDADE DE AVANÇO

A iniciativa tem o intuito de contribuir com dados e evidências relevantes para a pesquisa e o planejamento da atuação institucional das Defensorias. “A ideia é fazer as pessoas terem acesso aos dados e realidade, possibilitando aos gestores públicos uma análise sobre a expansão da Instituição e a aplicação de políticas públicas no que diz respeito ao acesso à justiça e defesa dos direitos humanos”, explica a pesquisadora Rute Imanishi do IPEA.

“Reconhecer os dados numéricos e qualitativos do serviço público de assistência judiciária gratuita que é prestado de maneira exclusiva, conforme dispõe a Constituição Federal, pela Defensoria Pública, é importante para o fortalecimento do Estado e da Democracia”, afirma a presidente da ANADEP, Rivana Ricarte. “Trabalhamos para que a Defensoria Pública esteja forte, fortalecida e presente em todas as comarcas do País”.

*\*Os dados dessa matéria correspondem à pesquisa realizada em 2021*



# 14 MILHÕES

DE PESSOAS QUE PRECISAM DE AUXÍLIO SÃO ATENDIDAS ANUALMENTE DE ACORDO COM OS DADOS DA DEFENSORIA



### APOIO DO PARLAMENTO

O evento virtual de lançamento do Mapa contou com a participação do senador



Fabiano Contarato (REDE-ES) e do deputado Alessandro Molon (PSB-RJ). Os parlamentares defenderam a necessidade de fortalecer a Defensoria Pública.

### SAIBA MAIS

O 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil está disponível. Acesse o QR Code com o celular para abrir o documento.



# Defensoria em todos os cantos



## Ação busca consolidar a presença institucional da Defensoria Pública em todas as comarcas brasileiras

No Dia Nacional da Defensoria Pública, 19 de maio, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça, lançou o Plano Nacional “Defensoria em Todos os Cantos”. A iniciativa visa fortalecer o acesso à justiça ao ampliar os serviços das Defensorias Públicas no atendimento às pessoas em situações de vulnerabilidade.

“Pensar na universalização dos serviços, na estrutura orçamentária, na efetivação da autonomia e na melhoria de iniciativas legislativas é preciso. O investimento no fortalecimento da Defensoria Pública deve ser encarado como política pública de Estado”, afirmou Rivana Ricarte, presidente da ANADEP, durante a solenidade de lançamento realizada em maio de 2024. Em sua fala, o ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ricardo Lewandowski, enalteceu o trabalho da Defensoria Pública, considerando o órgão uma das criações mais promissoras da Constituição de 88. Ele ainda destacou que o Plano abre caminhos para o fortalecimento das Defensorias Públicas no país.

“É claro que esse é o pontapé inicial e muito há a fazer ainda, mas é importante que se diga que a equipe do Ministério, certamente também a equipe da Defensoria Pública, nos permitiu lograr esse êxito inicial”.

### NACIONALIZAÇÃO

O plano está dividido em três eixos

temáticos: I) Universalização dos serviços de acesso à justiça promovido por meio da Defensoria Pública em todas as comarcas; II) Ampliação dos serviços de acesso à justiça itinerantes da Defensoria Pública; e III) Projetos direcionados para o acesso à justiça de grupos em maior situação de risco e vulnerabilidade. Nessa perspectiva haverá fomento para a construção dos postos de atendimentos comunitários das Defensorias Públicas denominados Econúcleos ou Núcleos Ecológicos, além de parcerias para previsão de espaço destinado à Defensoria Pública nos estabelecimentos prisionais. Na perspectiva penal ainda haverá a retomada da cooperação penitenciária: Defensoria e Cidadania.

Entre outras iniciativas previstas no plano, destacam-se a contratação de vans e de ônibus adaptados para o atendimento itinerante da Instituição; aquisição de veículos e de carretas para os atendimentos nas comunidades; e a contratação de barcos para atuação na Amazônia Legal.

O Plano Nacional Defensoria em Todos os Cantos foi anunciado com aporte financeiro de R\$ 50 milhões do Governo Federal e R\$ 15 milhões das Bancadas Femininas do Senado e da Câmara para auxiliar no trabalho itinerante da Defensoria com o projeto “Antes que Aconteça”, voltado ao atendimento a mulheres vítimas de violência.

A presidenta da ANADEP assina o plano juntamente com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski; o presidente do Condege, Oleno Matos; a presidenta da ANADEF, Luciana Bregolin; o defensor público geral da União, Leonardo Magalhães; e a secretária nacional de acesso à justiça, Sheila de Carvalho.



Acesse a íntegra do Plano Nacional Defensoria em todos os cantos



Registro de reuniões com os ministros do STF Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Edson Fachin e Rosa Weber.

# Prerrogativa de Requisição da Defensoria Pública

Após mobilização nacional, Supremo Tribunal Federal mantém prerrogativa de requisição das Defensorias Públicas



No ano de 2022, o plenário do Supremo Tribunal Federal confirmou a constitucionalidade da prerrogativa de requisição da Defensoria Pública. Esta notável ratificação ocorreu durante o julgamento de 23 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI), todas protocoladas pelo procurador-geral da República, Augusto Aras.

A prerrogativa de requisição confere à Defensoria legitimidade de solicitar às autoridades, agentes públicos e entidades privadas certidões, informações e documentos necessários ao exercício de suas atribuições. Nas ações, Aras alegou que a prerrogativa desequilibraria a relação processual — especialmen-

te no que se refere à produção de provas —, conferindo à categoria dos(as) defensores(as) públicos(as) uma prerrogativa que os advogados privados não têm. O julgamento das ADIs 6860 (MT), ADI 6861 (PI) e 6863 (PE) marcou o encerramento das 23 ações impetradas.

Em seu voto, o relator das ações, ministro Nunes Marques, rejeitou os argumentos apresentados. Para o relator, o Supremo declarou a constitucionalidade da citada prerrogativa, ao fundamento de constituir verdadeira expressão dos princípios da isonomia e do acesso à Justiça. “O reconhecimento, à Defensoria Pública, das garantias de autonomia funcional e administrativa e autogo-

verno, cristalizado na jurisprudência do Supremo, implica sejam afastadas tentativas de subtração das prerrogativas processuais ou administrativas, bem como de interferência e subordinação a qualquer Poder da República”, mencionou em seu voto. Ainda em novembro de 2021, durante o julgamento da ADI 6852, o ministro-relator Edson Fachin ressaltou que a Defensoria Pública está erigida como órgão autônomo da administração da justiça, e, por isso, conta com independência e autonomia administrativa, financeira e orçamentária, conferidas pelas EC 45/2004, 73/2013 e 80/2014 e assentadas também no art. 134 da Constituição Federal.



A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, acompanhou a apresentação dos resultados da consulta pública.

# Pena justa

**ANADEP tem participação ativa na construção de plano nacional sobre violação de direitos no sistema prisional**

**E**m 2024, a ANADEP assumiu mais uma papel histórico em prol da sociedade brasileira: a entidade esteve presente nos debates de elaboração de um plano nacional para enfrentar problemas no sistema prisional. Além de reuniões, a ANADEP participou de oficinas de trabalho e audiência pública, pontuando temas e apresentando sugestões.

A iniciativa foi conduzida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ). As discussões fazem parte da construção conjunta do plano nacional de enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucionais (ECI) do Sistema Carcerário, determinado no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito

Fundamental (ADPF) 347, pelo STF.

A vice-presidenta da ANADEP, Juliana Lintz, destaca a importância de incluir as Defensorias Públicas nos debates. “Se trata de uma oportunidade aberta pelo Supremo para construção coletiva do que pode ser a refundação do sistema prisional brasileiro e é na atuação das Defensorias Públicas Estaduais que os usuários em situação de vulnerabilidade podem ter acesso à justiça”, disse.

Chamado “Pena Justa”, este plano nacional foi apresentado em outubro de 2024 ao plenário do STF. O presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, votou pela homologação do Plano Pena Justa. O ministro considerou que o Pena Justa é razoável e serve de referência para planos a serem elaborados por gestores públicos em outras ações estruturais.

ATUAÇÃO

# #DEFENSORIASIM

As importantes vitórias obtidas pela ANADEP no Supremo Tribunal Federal

**A** atuação da ANADEP perante o STF é fundamental para que as prerrogativas de defensoras e defensores públicos sejam respeitadas e validadas. Ao analisar os últimos biênios (2021-2023 | 2023-2025), observa-se uma atuação forte da diretoria da Associação Nacional na defesa intransigente da autonomia administrativa e funcional atribuídas constitucionalmente à Defensoria Pública.

De acordo com a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, o STF demonstra compreensão sobre a importância da autonomia da Defensoria Pública e do impacto negativo de qualquer subtração à Instituição. “O Supremo, com as recentes decisões publicadas, restabelece a constitucionalidade e o respeito pela Defensoria Pública, instituição responsável pela garantia do direito a ter direitos à população em situação de vulnerabilidade do nosso país”, avaliou. Confirma algumas vitórias obtidas pela ANADEP no período:

**Supremo afirma desvinculação de defensores públicos à OAB e inexigibilidade de OAB para defensores públicos**

O STF, no julgamento da ADI 4636, de relatoria do ministro Gilmar Mendes, estabeleceu que defensoras e defensores públicos não precisam de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para exercer a profissão e nem para atuar em favor de pessoas jurídicas. No 1.240.999, de mesmo tema, o relator o ministro Alexandre de Moraes, reafirmou semelhante entendimento, já que as atividades desempenhadas pelos defensores já são dispostas pelas Leis Complementares 80/1994 e 132/2009.



## STF decide que Defensoria Pública tem direito aos honorários sucumbenciais em demandas ajuizadas contra qualquer ente público

Por unanimidade, o Supremo decidiu que a Defensoria Pública tem direito aos honorários sucumbenciais em demandas ajuizadas contra qualquer ente público (RE 1.140.005).

O valor deve ser destinado ao aparelhamento da instituição e à capacitação profissional de seus membros, não podendo ser rateado entre os servidores. A ANADEP incidiu com amicus curie, encaminhou memoriais com aos(as) ministros(as) e realizou sustentação oral.

## Lotação de defensores públicos por decisão judicial viola autonomia das Defensorias, decide STF

A imposição, por via judicial, de lotação de defensores(as) públicos(as) em comarcas desamparadas ofende a autonomia funcional e administrativa das Defensorias Públicas, afirmou o STF no RE 887671 (Tema 847 da repercussão geral). A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: "Ofende a autonomia administrativa das Defensorias Públicas decisão judicial que determine a lotação de defensor público em localidade desamparada, em desacordo com os critérios previamente definidos pela própria instituição, desde que observados os critérios do artigo 98, caput, e parágrafo 2º do ADCT, incluído pela EC 80/2014".

## Por unanimidade, STF reafirma autonomia da Defensoria Pública e invalida trechos de lei estadual que alterava regras da DPE-PR

Em decisão unânime, foram declarados inconstitucionais pelo STF os dispositivos da Lei Complementar estadual 180/2014 do Paraná que introduziu 21 inovações na Lei Orgânica da Defensoria Pública do estado, entre elas a limitação de sua autonomia financeira e regras sobre organização e funcionamento institucional. Em seu voto, o relator da ação, ministro Nunes Marques, verificou a inconstitucionalidade da norma, por vício de iniciativa, por ter sido proposta pelo governador. De acordo com a Constituição Federal, essa iniciativa legislativa é privativa do defensor público-geral do estado.



# Audiências Públicas

Defensoras e defensores públicos participaram ativamente em audiências públicas em defesa dos direitos dos usuários da Instituição debatendo temas que envolveram o fortalecimento da Defensoria Pública.



Rômulo Carvalho



Mário Rheingantz



Rivana Ricarte



Lúcia Helena



Juliana Lintz



Rita Lima



Fernanda Fernandes



Renata Tibyriçá



João Coutinho



Antonio Vitor Barbosa de Almeida



## COMISSÕES TEMÁTICAS



# #RacismoNão

ANADEP e Fórum Justiça promovem I Encontro da Frente Afro-indígena

**A** ANADEP, por meio das Comissões Temáticas da Igualdade Étnico-Racial e de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, e o Fórum Justiça promoveram, de 22 a 23 de fevereiro de 2024, o I Encontro da Frente Afro-Indígena das Defensoras e dos Defensores Públicos do Brasil.

O evento buscou incentivar as atividades de capacitação junto a membros(as) e servidores(as) da Defensoria Pública, com foco em problemáticas relacionadas ao atendimento aos(as) usuários(as) da Instituição, a partir de uma ótica étnico-racial. A proposta promoveu as discussões a partir de falas de especialistas e ativistas para romper com a reprodução de violências sistêmicas, inclusive dentro das Defensorias Públicas.

“Esse encontro nasce de uma

maneira muito especial, a partir da provocação da coordenadora da nossa Comissão Étnico-Racial, mas que foi ganhando mais força em razão de abrigar o lançamento de importantes pesquisas. Uma delas fruto de trabalho conjunto da ANADEP com o Fórum e diversas outras instituições Quilombos e acesso à justiça: atuação da Defensoria Pública”, pontuou Rivana Ricarte, presidente da ANADEP.

O encontro marcou ainda o lançamento oficial da Comissão de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, criada em 2023. “Essa Comissão chega para somar a atuação da ANADEP e demonstra o compromisso associativo voltado para as questões indígenas e de atuação de defensoras e defensores públicos que se debruçam nesta temática em todo o Brasil”, destacou.



Aléssia Tuxá – a primeira defensora pública indígena e atual coordenadora da Comissão Temática de Defesa dos Povos Indígenas da ANADEP - com os convidados Joanderson Pankararu, indígena do povo Pankararu e integrante do ACNUDH.



## JUSTIÇA AMBIENTAL E CLIMÁTICA

Durante o último quadriênio da ANADEP foram criadas duas Comissões Temáticas: Comissão dos Direitos dos Povos Indígenas e Comissão de Justiça Ambiental e Climática.

Atualmente a ANADEP conta com 15 comissões temáticas. Criadas em 2014, as Comissões têm por objetivo comum a troca de informações, experiências e funcionam como um estímulo ao debate com foco no atendimento a grupos vulneráveis. Além disso, auxiliam de forma estratégica a atuação legislativa da Associação Nacional, mapeando e monitorando sugestões de projetos de lei e na redação de notas técnicas sobre matérias em tramitação no Congresso Nacional.



# Troféu Dom Quixote

Revista Justiça & Cidadania  
agracia presidenta da ANADEP

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, recebeu o Troféu “Dom Quixote”, da Revista Justiça & Cidadania. A comenda é considerada um dos mais prestigiados reconhecimentos no cenário jurídico e social do Brasil. A 31ª edição do evento, realizada em outubro de 2024, homenageou personalidades e instituições que se destacam na defesa e no fortalecimento da justiça, dos direitos humanos, da cidadania e da democracia. “É muito salutar que tenhamos um veículo de comunicação voltado para o sistema de justiça. A Revista Justiça e Cidadania, que completa 25 anos em 2024, é um exemplo de publicação que oportuniza a democratização de informações e faz com que nossa atuação chegue a todos os espaços. A ANADEP é parceira da revista desde 2018. Agradeço a oportunidade de receber este prêmio que traz luz à missão institucional das nossas carreiras de levar acesso à justiça e cidadania àqueles que mais precisam”, destacou Rivana Ricarte.

Outro homenageado da noite foi o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso. A comenda “Dom Quixote” também foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; ao advogado-geral da União, Jorge Messias; além de ministros da Suprema Corte e de Tribunais Superiores, como as ministras do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Isabel Gallotti e Daniela Teixeira; as ministras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edilene Lôbo e Vera Lúcia Araújo; e conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNU), como a conselheira Daiane Nogueira de Lira. Já o Troféu Sancho Pança, destinado a homenagear aqueles que já receberam o Troféu Dom Quixote e se mantiveram fiéis aos mesmos princípios e valores, foi entregue ao ministro Alexandre de Moraes, do STF; a Flávio Galdino, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e a Roberto Rosas, doutor em Direito pela UnB (Universidade de Brasília).



Rivana Ricarte com o vice-presidente do stj, ministro Luis Felipe Salomão, que é presidente do Conselho Editorial da Revista J&C.

# Prêmio Innovare

## A Defensoria Pública presente no oscar da Justiça!

O Prêmio Innovare reconhece as melhores práticas do sistema de justiça - e as iniciativas da Defensoria Pública têm tido destaque especial na premiação que contribui para que a justiça brasileira se torne cada vez mais eficiente, ética e justa para

todos(as) os(as) cidadãos(ãs).

No Conselho Superior do Prêmio, atualmente a ANADEP é representada pela defensora pública Patrícia Kettermann, garantindo que a visão da Defensoria Pública esteja presente na avaliação e escolha das práticas premiadas.

Além disso, a diretoria da ANADEP participa ativamente das reuniões que discutem cada etapa do prêmio, reforçando o compromisso da entidade com a promoção de uma Justiça mais inclusiva e inovadora.

Conheça os premiados durante os biênios 2021-2023 e 2023-2025.

## 2021

### CATEGORIA DEFENSORIA PÚBLICA

Prática: Órfãos do Feminicídio  
Instituição: Defensoria Pública do Amazonas  
Autoria: Caroline Da Silva Braz

### HOMENAGEM

Prática: Grupo de Trabalho de Mulheres e Bebês em Situação de Vulnerabilidade na Região Centro do Município de São Paulo  
Instituição: Defensoria Pública de São Paulo  
Autoria: Katia Cilene Oliveira Giraldi, Carolin Perracini, Fabiana da Silva Pires.

## 2022

### CATEGORIA DEFENSORIA PÚBLICA

Prática: Mãos que Reciclam  
Instituição: Defensoria Pública da Bahia  
Autoria: Kality Gonzaga de Santana Ribeiro e Aline Brito Muller

### HOMENAGEM

Prática: Câmara de Conciliação em Superendividamento  
Instituição: Defensoria Pública do Pará  
Autoria: Cássio Bittar Vasconcelos, Mauro Pinho da Silva, Fernanda Campos de Carvalho, Alexandre Vinicius Campos Damasceno, e Isaura Rafaella Bemergui.

## 2023

### DESTAQUE

Prática: Poranga Pesika - Por uma Defensoria Intercultural  
Instituição: Defensoria Pública do Amazonas  
Autoria: Isabela do Amaral Sales, Ronaldo Antonio Rafael, Daniele Rosana Prado Arantes, Wildenise Melgueiro das Chagas, Álvaro Socot.

### CATEGORIA DEFENSORIA PÚBLICA

Prática: Economia do Cuidado: A consideração do trabalho não-remunerado para fins de remição de pena  
Instituição: Defensoria Pública do Estado do Paraná  
Autoria: Mariela Reis Bueno, Nilva Maria Rufatto Sell.

### HOMENAGEM

Prática: Defensoria Pública - Resgatando Direitos em Saúde Mental  
Instituição: Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul  
Autoria: Defensora Eni Maria Sezerino Diniz.

## 2024

### DESTAQUE

Prática: Combate à Grilagem de Carbono  
Instituição: Defensoria Pública do Pará  
Autoria: Andreia Macedo Barreto

### CATEGORIA DEFENSORIA PÚBLICA

Prática: Projeto Mirante: uma resposta à violência institucional (DPE-RJ e DPESP)  
Instituição: Defensoria Pública do Rio de Janeiro  
Autoria: Maria Júlia Miranda Baltar da Rocha, Andre Luis Machado De Castro e Fernanda Penteadado Balera

### HOMENAGEM

Prática: Projeto Enxerga-me Brasil (DPE-PA)  
Instituição: Defensoria Pública do Pará  
Autoria: João Paulo Carneiro Gonçalves Léo e Edgar Moreira Alamar e a assessora Yanca Sales.



# Vitória do Associativismo

**E**m uma sinalização expressiva de respeito à simetria constitucional da Defensoria Pública com as carreiras congêneres, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, em maio de 2024, por 18 votos a 7, o relatório final do senador Eduardo Gomes (PL-TO) sobre a PEC 10/2023 (Valorização do Tempo de Serviço). De forma idêntica ao que havia sido apresentado, em 2022, no âmbito da PEC 63/2013, o novo relatório manteve a inclusão dos(as) defensores(as) públicos(as) no texto a ser apreciado no Plenário do Senado.

“A Defensoria Pública é uma das Instituições mais jovens do sistema de justiça. Sabemos que ainda há um desequilíbrio entre a nossa carreira com as demais carreiras congêneres, o que provoca, em muitos casos, um número grande de evasão de profissionais. Por isso, a PEC 10 vem como uma medida necessária para a valorização das

defensoras e defensores públicos que permanecem na Instituição atuando com grande afinco em prol do acesso à justiça de uma grande parcela da sociedade. Valorizar a Defensoria Pública é investir em cidadania”, pontua a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte.

A dirigente completa afirmando que a inclusão da categoria na PEC é uma vitória associativa e reforça entendimento que tem se consolidado na Casa quanto ao reconhecimento da simetria constitucional da Defensoria Pública em relação às carreiras congêneres, alcançada desde 2014. “O foco da ANADEP é a contínua defesa da posição constitucional da Defensoria Pública e do tratamento simétrico às carreiras que também gozam da autonomia.”, ressalta. O relator da matéria na CCJ, senador Eduardo Gomes (PL-TO), afirmou a importância das carreiras contempladas na PEC para a defesa do Estado Democrático de Direito. Para

o senador, categorias valorizadas e fortalecidas diminuem o número de evasão de profissionais. “A matéria está viva e será debatida no Plenário. É louvável o debate em torno dos investimentos no serviço público. Investir o dinheiro público melhor talvez seja investir em bons funcionários públicos em qualquer carreira”, pontuou.

Com o avanço pela CCJ, a próxima etapa é a aprovação pelo Plenário do Senado Federal.

## MOBILIZAÇÃO

A inclusão da Defensoria Pública no texto decorre de uma série de emendas articuladas pela ANADEP e Associações Estaduais e do DF em diálogo com os(as) senadores(as): na PEC 63/2013, emenda 01, Soraya Thronicke (Podemos-MS), e na PEC 10/2023, emenda 02, de Efraim Filho (União-PB); emenda 03, de Angelo Coronel (PSD-BA); emendas 08, 16 e 20, de Alan Rick (União-AC); emenda 25,



## CCJ do Senado reconhece simetria constitucional entre a Defensoria Pública, a Magistratura e o Ministério Público na PEC 10

do senador Carlos Viana (PODEMOS-MG); e emenda 39 de autoria do Senador Weverton (PDT-MA).

A presidência da ANADEP também foi recebida pelo presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para tratar especialmente da matéria. Além disso, representantes da ANADEP e das Associações Estaduais e do DF, com o apoio da ANADEF e do CONDEGE intensificaram a mobilização na Casa para dialogar com o maior número possível de parlamentares.

“É importante esse diálogo para que o parlamento entenda que a PEC é uma medida necessária para a valorização não apenas da nossa categoria, mas das carreiras autônomas do sistema de justiça que permanecem atuando com grande afinco em prol do acesso à justiça de uma grande parcela da sociedade”, pontuou a presidenta da ANADEP. Com o avanço do texto na CCJ, a próxima etapa é a aprovação da matéria no Plenário do Senado Federal.



Rivana Ricarte e Rômulo Carvalho estiveram com o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, na residência oficial (Brasília).



Em maio de 2022, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, recebeu defensoras e defensores públicos em seu gabinete, em Brasília.

ANADEP acompanhou os debates e participou ativamente do diálogo com os parlamentares quanto à importância da aprovação da PEC 10.



# Em defesa do serviço público

**Atuação em parceria resguarda Defensoria Pública nos debates sobre a Reforma Administrativa**

A reforma administrativa (PEC 32/2020) começou a tramitar em meio a pandemia e a ANADEP participou dos esforços coletivos a fim de resguardar o funcionalismo público. Ao lado de entidades como o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (FONACATE) e a Frente Servir Brasil, a entidade trabalhou ativamente.

“A premissa básica é que essas reformas têm que ser feitas com o olhar voltado para o futuro do País. O Estado é o único que tem a capacidade de proteger o cidadão e, por isso, ele precisa fortalecer os serviços que ele presta ao cidadão. É preciso sim que se faça uma reforma de Estado, mas que esta reforma prime pela modernização da máquina pública e não pela precarização dos serviços à população”, afirmou a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte.

Após intensa articulação da ANADEP, ANADEF, CONDEGE e DPU com apoio das Associações dos Estados e do Distrito Federal, as emendas do deputado Lincoln Portela (PL-MG) foram apresentadas e apoiadas pelos partidos. O texto das emendas trata da garantia da substituição e acumulação (Emenda n. 5) e da definição de carreiras típicas de Estado (Emenda n. 6), pleito defendido pela categoria em relação à tramitação da matéria.



Com o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (FONACATE) e a Frente Servir Brasil, ANADEP participou da mobilização em prol do funcionalismo público brasileiro.

### PORTE DE ARMAS

A ANADEP trabalhou pela inserção da categoria no PL 3723/2019, que altera as regras para registro e porte de armas de fogo devido à simetria constitucional entre membros(as) do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Após, ocorreu a apresentação das emendas 60 e 76, pelos senadores Sérgio Petecão (PSD-AC) e Lucas Barreto (PSD-AP), respectivamente, incluindo a categoria no texto.

“Remanesce a esses agentes do Estado o inalienável direito de proverem sua própria segurança, mesmo quando cessado o exercício funcional, sujeitos que estão a represálias até mesmo depois de terem sido transferidos para a inatividade. Nesse ponto, não custa lembrar que os membros das Defensorias Públicas podem ser arrolados no mesmo patamar de riscos a que estão sujeitos os magistrados, os membros dos Ministérios Públicos, os agentes do fisco, os policiais e outros servidores já beneficiados por dispositivos que incluem o porte de arma entre suas prerrogativas” – senador Sérgio Petecão (PSD-AC).



### CÓDIGO CIVIL

A ANADEP marcou presença no seminário internacional “Atualização do Código Civil – Diálogo com o novo Código Civil Argentino” promovido pela Revista Justiça & Cidadania em Buenos Aires, na Argentina. Os debates foram coordenados pelo ministro Luis Felipe Salomão. A vice-presidenta administrativa da ANADEP, Fernanda Fernandes, integrou, na condição de consultora, o grupo de trabalho da Comissão de Juristas que elaborou o anteprojeto do Código Civil. O texto base foi entregue ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, em abril de 2024.

### PROMULGAÇÃO DA PERMUTA



Um grande marco para a luta associativa. Esta foi a tônica da sessão solene do Congresso Nacional destinada a promulgar a Emenda Constitucional 130/2023. Oriunda da chamada “PEC da Permuta”, a Emenda altera a redação do inciso VIII-A do caput do art. 93 da Constituição Federal criando a possibilidade de permuta nas carreiras da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Magistratura.

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou da sessão solene ao lado de representantes de outras entidades do sistema de justiça. A dirigente destaca que a Associação Nacional acompanhou toda a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e destaca que seguirá trabalhando em relação ao processo de regulamentação da permuta nos estados.

# Deputado Defensor

Stélio Dener fala sobre sua atuação no Parlamento

**S**ua identidade como “Deputado Defensor Stélio” é sempre destacada nos seus discursos e entrevistas. O senhor acredita que reforçar essa ligação com a Defensoria Pública ajuda a aproximar os(as) parlamentares do trabalho realizado por esta instituição?

Desde criança eu tinha o sonho de ser advogado. O meu pai era delegado e eu o acompanhei algumas vezes na delegacia, onde conheci os advogados e gostava de ver o trabalho deles em defesa das pessoas. Então, decidi ser advogado. Depois veio a criação da Defensoria Pública, na promulgação da Constituição Federal de 1988. Nessa época eu ainda estava no segundo grau [atual ensino médio] e comecei a me interessar pela instituição criada para atender as pessoas mais simples, as pessoas mais humildes, as pessoas pobres, as pessoas que não podiam pagar um advogado particular.

Fiz faculdade de Advocacia, me tornei advogado e, assim que foi realizado o primeiro concurso para a Defensoria Pública de Roraima, meu estado, passei no concurso. Decidi ser advogado para os pobres. Então, a minha ligação com a Defensoria Pública é muito grande.

Como defensor público, fui presidente da Associação Estadual dos Defensores Públicos de Roraima e, por quatro vezes, ocupei o cargo de Defensor-Geral do Estado. Também fui juiz eleitoral e presidente da OAB- Roraima. Toda essa experiência me levou para a política. Optei pelo nome “Defensor Deputado Stélio” em virtude de ter construído uma história na Defensoria Pública.

E também em razão de acreditar que a gente poderia ajudar muito a Defensoria Pública brasileira. E o nosso trabalho no gabinete é muito focado na instituição. Não apenas nos estados, mas também na própria Defensoria Pública da União.

Busco participar de todas as pautas referentes à Defensoria, não apenas como instituição e não apenas como categoria, mas em relação também à própria sociedade que precisa dos serviços. Meu interesse é colaborar com a instituição.

**Qual a importância desta representação legislativa da Defensoria Pública?**

Ser deputado facilita o diálogo e permite contribuir com decisões de grande relevância para toda a sociedade. Consigo trazer a visão e a voz da Defensoria Pública aos debates públicos de elaboração das leis. Sempre tenho esse cuidado de, como defensor público, tentar fazer da forma mais correta em relação às pessoas que são vítimas, mas também em relação às pessoas que praticam ilícito. A visão do defensor público não é apenas sobre pessoas vulneráveis. Nós podemos falar em questões de jurisdição, que é a própria justiça. O Congresso Nacional é feito justamente para termos a possibilidade de pessoas com interesses e visões diferentes para discutir temas que interessam o Brasil e a sociedade. E por isso a necessidade de termos mais defensores e defensoras públicas no parlamento.

**Já se passaram dois anos desde a sua posse como deputado. Ao longo deste período na Câmara dos**

**Deputados, qual balanço faz do seu mandato?**

Para o início do trabalho buscamos proximidade com o Condege, ANADEP, ANADEF e a própria DPU. Essa condição foi no sentido de colaborar com todas as ações e pautas de defesa da instituição. Isso foi de grande relevância e nós estamos muito coesos e unidos nesse sentido. Defensores gerais e presidentes de associações estão sempre no gabinete, estamos sempre em diálogo. Quanto aos projetos legislativos, nosso gabinete considera iniciativas que possam melhorar um pouco a condição de vida dos brasileiros. Por exemplo, o PL 907/2024, que aumenta a pena do contrabando de materiais hospitalares, crime que cresceu muito, infelizmente, durante a pandemia. Sou o autor da proposta que já passou pela Câmara e está em discussão no Senado Federal.

**Atualmente, o senhor integra a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, uma das mais importantes. Como tem sido essa acompanhar as atividades da CCJ?**

Fazer parte da CCJ já no meu primeiro mandato como deputado foi uma grande oportunidade. A CCJ é a principal comissão da casa com a característica de verificar se determinado projeto é constitucional ou não. Mas muitas vezes acontecem debates quanto ao mérito – por isso é uma comissão em que os partidos buscam fazer um trabalho de maior força política. Porque se não passar pela CCJ, nenhum projeto consegue ser discutido em outras comissões ou plenário, a dis-





cussão se encerra na própria CCJ. Na CCJ acompanhamos os debates, o desenvolvimento do próprio campo ideológico do pensamento da direita e da esquerda. Estamos com protagonismo na comissão, mas ainda não está do jeito que eu quero. Estamos amadurecendo o trabalho e em 2025 pretendemos ampliar os temas de discussão, trazendo a Defensoria Pública brasileira e as necessidades da sociedade.

Na comissão queremos avançar com o PL 1062/2015, que trata da obrigatoriedade de Shoppings centers, galerias de lojas e feiras permanentes com mais de 100 estabelecimentos comerciais disponibilizarem gratuitamente espaço para a implantação de Defensoria Pública. Também vamos buscar a aprovação do PL 5192/2020, que autoriza o atendimento da mulher vítima de violência a ser atendida diretamente pela Defensoria Pública nos municípios em que não houver equipe especializada para o atendi-

mento e a investigação das violências graves contra a mulher.

### Considerando sua experiência como deputado, qual mensagem gostaria de deixar aos defensores e às defensoras públicas?

Uma mensagem que posso deixar aos colegas é que a gente, enquanto categoria, deve buscar manter nosso compromisso com os vulneráveis, sem criar uma redoma entre nós e o cidadão. Não é apenas os gabinetes que devem estar em contato com os assistidos, precisamos efetivamente participar do processo. Quem procura o defensor(a), quer falar com o defensor(a), não quer falar com o assessor. Apesar das dificuldades, é possível efetivamente atender na ponta, ouvindo o cidadão. Sem isso, sem falar com o cidadão, sem participar efetivamente da política pública e partidária não vamos conseguir crescer e ter melhores orçamentos e comarcas.



A GENTE,  
ENQUANTO  
CATEGORIA,  
DEVE BUSCAR  
MANTER NOSSO  
COMPROMISSO COM  
OS VULNERÁVEIS,  
SEM CRIAR UMA  
REDOMA ENTRE  
NÓS E O CIDADÃO.



**STÉLIO DENER**  
Deputado  
Defensor

### PROJETO APROVADO

Por unanimidade (17 votos a 0), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou, em junho de 2023, o Projeto de Lei (PL) 2.878/2019, que destina recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) aos órgãos públicos em dificuldades para expandir a Defensoria Pública. O texto analisado pelo Colegiado foi do senador Plínio Valério (PSDB-AM), relator da matéria. O PL aguarda análise da Câmara dos Deputados. A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, afirma que a aprovação do projeto é um avanço no que diz respeito às políticas públicas para fortalecimento do acesso à justiça no País. “Sabemos que hoje o principal entrave para a expansão da Defensoria Pública em todo o território nacional é o orçamento. Logo, o projeto aprovado na Comissão do Senado é uma sinalização do Parlamento sobre a necessidade e importância de investimentos na Defensoria Pública e na ampliação do acesso à justiça à camada mais vul-



nerável do nosso país. Atualmente, mais de 80% da população brasileira é potencial usuária dos nossos serviços”, explica.

Durante a votação na CAE, o autor da projeto, senador Weverton Rocha, afirmou que a pauta é importante para a efetivação do acesso à justiça no País. “Essa pauta é importante para os defensores públicos do país porque cria condições estruturais para melhorar o trabalho dos nossos defensores. Nós sabemos que lá na ponta, o jurisdicionado precisa de um advogado, porém, muitas vezes, ele não tem condição de pagar um advogado privado”.

### CDH DO SENADO CONFIRMA LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA NA DEFESA DAS PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal aprovou, em abril de 2024, o relatório do senador Paulo Paim (PT-RS) sobre o PL 4438/2021. A matéria insere dispositivos no Estatuto da Pessoa Idosa e no Estatuto da Pessoa com Deficiência para estabelecer medidas protetivas de urgência para pessoas que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-las.



Após articulação da ANADEP, o relator confirmou no substitutivo a Defensoria Pública entre as entidades legitimadas para atuar na proteção das pessoas idosas e das pessoas com deficiência. Com isto, além do Ministério Público, a Defensoria Pública poderá pedir ao Poder Judiciário a aplicação de medidas protetivas às vítimas.

“Buscamos solidificar uma atuação que já é realidade em diversas Defensorias Públicas dos Estados e da União. Defendemos que a relação entre as funções fiscalizatórias do Ministério Público e da Defensoria Pública não são de sobreposição, mas sim de cooperação, complementação e dialógico democrático. Nosso foco sempre será a defesa dos direitos dos hipervulneráveis”, afirmou a presidenta da ANADEP, após a votação na CDH.



Uma das primeiras ações do GT foi a visita institucional ao secretário executivo de segurança institucional do Ministério Público do Trabalho, Cleverson Lautert Cruz, realizada em Brasília no dia 13 de agosto.



ANADEP ao lado do senador Weverton Rocha (PDT-MA) relator do PL de Risco. O parlamentar apresentou o parecer favorável à inclusão dos(as) defensores(as) públicos(as) por meio de acolhimento da emenda apresentada pela senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB).

# Atividade de risco em pauta

## ANADEP trabalha pelo reconhecimento da simetria constitucional no PL do risco

**E**m 2024, a segurança institucional das defensoras e defensores públicos tornou-se uma das principais pautas da ANADEP, impulsionada por episódios de violência ocorridos especialmente em Mato Grosso e no Distrito Federal. Como resposta, no segundo semestre, a diretoria criou o GT de Segurança Institucional, composto por Fernanda Fernandes (vice-presidenta institucional da ANADEP), Kelviane Barros (presidenta da ADPEC) e Bruno Braga (presidente da ADPEP-PA). O grupo analisou, em âmbito nacional, as situações de risco enfrentadas pela categoria, como: delações premiadas, defesa criminal (especialmente no Tribunal do Júri), assistência às vítimas de violência doméstica, enfrentamento de violência policial, demandas familiares, inspeções

em penitenciárias, reintegrações de posse e causas ambientais. O objetivo do GT é elaborar documentos e protocolos que orientem as Associações Estaduais e do Distrito Federal em casos envolvendo seus associados.

### RECONHECIMENTO LEGISLATIVO

A ANADEP também trabalha pelo reconhecimento da atividade de risco no Congresso Nacional. A entidade acompanha a tramitação do PL 4015/2023, que reconhece o risco das atividades desempenhadas por membros da Magistratura e do Ministério Público, e busca a inclusão da carreira da Defensoria Pública no texto. Em dezembro de 2024, durante apreciação no Plenário da Câmara dos Deputados, o novo relatório apresentado retirou

as alterações feitas no Senado que incluíam defensores públicos, oficiais de justiça e advogados públicos no projeto de lei.

A ANADEP rapidamente se mobilizou com parlamentares e os partidos Republicanos, PT, Solidariedade e PSOL apresentaram destaques para garantir a manutenção da Defensoria Pública no projeto. Os parlamentares Afonso Motta (PD-T-RS), líder do PDT; Antônia Lúcia; Jandira Feghali (PCdoB-RJ); Defensor Stélio Dener (Republicanos-RR); e Talíria Petrone (PSOL-RJ) se manifestaram na tribuna contra a mudança do texto. Em razão dos destaques, a votação da matéria não foi concluída. Foi votado e aprovado o texto principal e nova sessão plenária ainda será realizada para votar os destaques que visam manter essas categorias no texto.

# Sistema de previdência

Atuação preserva direitos de aposentadoria para servidores públicos

**A** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, em outubro de 2024, o parecer do deputado Darci de Matos (PSD-SC) sobre a PEC 66/2023 retirando integralmente os artigos que, na prática, instituíam uma nova reforma da previdência para estados e municípios (art. 40-A, parágrafo único, incisos I e II, do art. 1º e o art. 3º, parágrafo único). “É importante frisar que essa conquista é fruto de um trabalho estratégico conjunto realizado entre as entidades de classe de âmbito nacional e as entidades afiliadas à ANADEP nos estados, que, de maneira unida, somaram esforços para sensibilizar os parlamentares e evitar prejuízos aos nossos associados e associadas no que diz respeito à reforma da previdência.

Isso comprova que o trabalho coletivo e estratégico, é um trabalho que sempre nos levará a melhores êxitos”, afirmou a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte.



ANADEP e Associações Estaduais ao lado do deputado, Darci de Matos, relator da PEC 66.



ANADEP recebeu representantes da AMB, CONAMP, Fenafisco e a Febrafite para debater atuação conjunta quanto à PEC 66.

## LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE APOIO E FORTALECIMENTO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS E DA UNIÃO

Em 2023, para celebrar o Dia Nacional da Defensoria Pública (19 de maio), defensores(as) públicos(as) estaduais e federais reuniram-se na Câmara dos Deputados para a instalação da Frente Parlamentar Mista de Apoio e Fortalecimento das Defensorias Públicas dos Estados e da União. O Colegiado tem como foco o fortalecimento do modelo público de assistência jurídica integral e gratuita aos mais vulneráveis. A deputada Antônia Lúcia (REPUBLICANOS-AC) é a presidenta da Frente e o deputado Stélio Dener (REPUBLICANOS-RR) ocupa a vice-presidência. A Frente contou com apoio de 273 deputados e deputadas federais e 27 senadoras e senadores para sua criação e instalação.



# PEC do ajuste fiscal

Após mobilização associativa, Emenda Constitucional é promulgada com nova redação sobre as verbas indenizatórias

O Congresso Nacional promulgou, no dia 20 de dezembro de 2024, a Emenda Constitucional (EC) 135/2024, referente ao Pacote Fiscal (PEC 45/2024), na Câmara dos Deputados; e a PEC 54/2024, no Senado. O principal resultado conquistado foi o entendimento consolidado sobre a manutenção da legislação vigente que trata das parcelas indenizatórias. Com isso, qualquer mudança relacionada ao tema só poderá ocorrer após a edição de Lei Ordinária, de caráter nacional, aprovada pelo Congresso Nacional, aplicada a todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos.

A redação aprovada reafirma o entendimento do parlamento sobre a simetria constitucional da Defensoria Pública com as carreiras congêneres.

A matéria tramitou em regime de urgência, e exigiu acompanhamento intenso da ANADEP que atuou em conjunto com as Associações Estaduais, o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege), além da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), em defesa dos interesses da carreira.

O tema retomou a discussão do Projeto de Lei 2721/21 que tramita, após aprovação na Câmara em 2021, no Senado Federal. A ANADEP tem defendido que essa matéria precisa ser analisada de modo a evitar impacto na prestação do serviço público em múltiplas esferas, e resguardando os direitos de todas as defensoras e defensores públicos.



ANADEP, ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS, CONDEGE e Frentas em diálogo com o deputado Moses Rodrigues (UNIÃO-CE), relator da PEC 45/2024 em Plenário.



ANADEP com o deputado Rubens Buenos, relator do PL 6726-2016.



ANADEP e Associações Estaduais acompanharam votação diretamente do Plenário da Câmara.



ANADEP, ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS E FRENTAS após a finalização da votação da PEC 45/2024 no Senado.

# Maio Verde

O mês de maio é marcado pelo Dia Nacional da Defensoria Pública, do Defensor e da Defensora Pública. É o Maio Verde: a ANADEP, Associações Estaduais e do Distrito Federal celebram a categoria em todo país. Uma das principais atividades são as sessões solenes que acontecem no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.



Deputado Ivan Valente



Deputada Jack Rocha



Deputada Érika Kokay



Rivana Ricarte



Senadora Damares



Senador Jader Barbalho



Senador Fabiano Contarato

# Fabiano Contarato

Grande apoiador da Defensoria Pública, senador afirma a relevância da Instituição

**S**enador Contarato, o senhor é um dos parlamentares que mais têm apoiado a atuação da Defensoria nos últimos anos. Inclusive, o senhor tem uma fala emblemática, na qual afirma: “se a sociedade quer conhecer um político ou governo de verdade, veja como ele trata a Defensoria”. Na sua avaliação, qual a importância da Instituição para a sociedade brasileira hoje?

Tenho profundo orgulho do papel da Defensoria Pública. É uma instituição que carrega, em sua gênese, os princípios constitucionais da equidade, da fraternidade e do direito ao acesso à Justiça. Ela representa a garantia da defesa de milhares de pessoas, hipossuficientes, que procuram diariamente o Poder Judiciário. Por isso, faço questão de declarar o meu amor pela Defensoria Pública. Hoje, mais do que nunca, vemos a Defensoria promovendo verdadeiramente o livre e completo exercício da cidadania. Não há nenhuma outra instituição no Brasil que tenha tão forte o respeito ao próximo como um de seus pilares.

**No ano de 2024, o senhor foi eleito o melhor senador do Brasil pelo site Congresso em Foco, com quase 50 mil votos. Como o senhor avalia o desempenho do seu mandato? Quais têm sido as prioridades do seu gabinete?**

Este é um reconhecimento que toca profundamente o meu coração. Mostra que o mandato está no caminho certo, ao se posicionar pela defesa intransigente da democracia e daquilo que, para mim, representa a espinha dorsal do Es-



tado Democrático de Direito: a nossa Constituição. Ser eleito o melhor senador do Brasil pelo segundo ano seguido também é um recado para o Fabiano Contarato do passado. Eu sempre criminalizei a política. Até que um discurso de Martin Luther King me fez ver o quanto eu estava errado. Ele dizia: “O que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons”.

Hoje sei que só por meio da política é que podemos transformar a nossa realidade — por exemplo, promovendo valorização das carreiras, como a da Enfermagem e da própria Defensoria Pública.

**As pesquisas revelam que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo para a população LGBTQIA+. Só no ano de 2023, foram 257 mortes violentas. Como este tema tem sido tratado no Parlamento? A Defensoria Pública é uma parceira nesta pauta?**

O Brasil é o país que mais mata a população LGBTQIA+, e a Defensoria Pública é uma parceira fundamental na defesa desse que é um grupo que sofre vendo seus direitos sendo vilipendiados incessantemente. Sou grato pelo trabalho de vocês, que promovem um olhar humanizador por parte do Estado — algo que muitas vezes, infelizmente, o Congresso deixa a desejar.

**Nos últimos anos, a ANADEP ampliou sua atuação no Senado. Como o senhor avalia esta interlocução de entidades de classe com o parlamento?**

A ANADEP tem uma atuação importantíssima. A associação traz para o Parlamento as demandas e os anseios da categoria. Esse é um trabalho relevante das entidades de classe, que precisa ser reconhecido, valorizado e respeitado. Pretendo fortalecer e ampliar essa parceria sempre. Contem comigo.

# ANADEP nos estados

**N**os últimos anos, o diálogo contínuo tornou-se uma característica marcante da gestão. Por meio do projeto “ANADEP nos Estados”, a entidade atuou em conjunto com as Associações Estaduais e Distrital para fortalecer a instituição, seja de forma presencial ou virtual. Essa colaboração incluiu visitas às sedes das Associações Afiliadas e das Defensorias Públicas Estaduais, participação em solenidades de posse de novos(as) defensores(as) públicos(as) e presença ativa nos cursos de formação. Além disso, houve envolvimento em agendas com representantes dos Poderes Executivo e Legislativo locais, bem como em eventos promovidos pelas entidades regionais. Confira a seguir um resumo das atividades:







RIO DE JANEIRO



MINAS GERAIS



MATO GROSSO



MATO GROSSO DO SUL



PARÁ



PARAÍBA



ALAGOAS



CEARÁ



AMAZONAS

# INTEGRAÇÃO



SANTA CATARINA



RIO GRANDE DO SUL



RONDÔNIA



SÃO PAULO



TOCANTINS



PARANÁ



PERNAMBUCO



RIO GRANDE DO NORTE



SERGIPE



ESPÍRITO SANTO



PIAUI



RORAIMA



As assessoras de comunicação da ANADEP, Karyne Graziane e Stephanny Guilande, participaram do evento. Mais de 300 projetos das assessorias de comunicação das instituições que integram o sistema de justiça concorreram ao Prêmio Conbrascom em 13 categorias.

# Prêmio Conbrascom 2024

**A** ANADEP, por meio de sua assessoria de comunicação, foi a vencedora do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça de 2024 (Conbrascom), na categoria “Vídeo Institucional” com o projeto audiovisual “35 anos da Constituição Federal e Defensoria Pública”. O anúncio foi feito no encerramento oficial do XVIII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça (Conbrascom), promovido em Fortaleza (CE). A 23ª edição do evento abordou os “Acesso aos direitos: da linguagem simples à Inteligência Artificial”.

Na categoria vídeo institucional, a ANADEP foi a única entidade de classe selecionada para a etapa final do prêmio e concorreu ao lado dos seguintes projetos: série “Meu Pai Tem Nome, da Defensoria Pública de Roraima”; e “MPF em missão na bacia do Rio Araguaia”, da Procuradoria Geral da República.

### ACESSE O VÍDEO VENCEDOR

Conheça as histórias de quem recebe os atendimentos da Defensoria Pública diariamente, seja em busca de acesso à saúde, moradia, dignidade e, acima de tudo, cidadania. O modelo público de assistência jurídica integral e gratuita prestado exclusivamente pela Defensoria Pública é uma vitória da sociedade com a promulgação da Constituição Federal no dia 5 de outubro de 1988. Celebrar o 5 de outubro é lembrar as conquistas do passado para sinalizar o futuro com respeito à democracia. É dia também de celebrar uma Defensoria Pública forte, autônoma e essencial para a garantia de acesso à justiça a quem mais precisa.



# ENADEP: o caminho para o aprimoramento contínuo

Nos últimos quatro anos, a Escola Nacional de Defensoras e Defensores Públicos do Brasil (ENADEP) realizou mais de 20 atividades dedicadas ao aprimoramento e aperfeiçoamento profissional de defensoras e defensores públicos. Com o apoio da tecnologia, foi possível promover uma ampla variedade de cursos, capacitações e jornadas sobre os mais diversos temas. Confira:



**8ª JORNADA de CAPACITAÇÃO**  
ENADEP

**"CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA, PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL E LIDERANÇA PARA DEFENSORAS PÚBLICAS"**

Total de 4 aulas - às segundas-feiras, das 19h às 20h30 de 05/07/2021 a 26/07/2021

Curso online, através da plataforma Zoom

150 vagas para defensoras públicas estaduais e distrital associadas da ANADEP

Inscrições no site da ANADEP, de 25/06 a 07/07

Mais informações: [anadep@anadep.org.br](mailto:anadep@anadep.org.br) com assunto "Curso de Formação Política, Participação Institucional e Liderança"

REALIZAÇÃO: ANADEP ENADEP APADEP



**5ª JORNADA de CAPACITAÇÃO**  
ENADEP

**"Questões étnico-raciais: construindo uma Defensoria Pública Antirracista"**



**6ª JORNADA de CAPACITAÇÃO**  
ENADEP

Disponível no site da Escola

**"Conflitos fundiários e remoção de pessoas: estratégias de defesa e soluções garantidoras de direitos humanos"**

Para ter acesso, basta ir ao site [www.anadep.org.br/enadep](http://www.anadep.org.br/enadep) e fazer seu login na área restrita

ENADEP



**7ª JORNADA de CAPACITAÇÃO**  
ENADEP

**"DIRETRIZES NACIONAIS PARA O ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA"**



**9ª JORNADA de CAPACITAÇÃO**  
ENADEP

**"CAPACIDADE JURÍDICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA"**



**10ª JORNADA de CAPACITAÇÃO**  
ENADEP

Segurança Pública

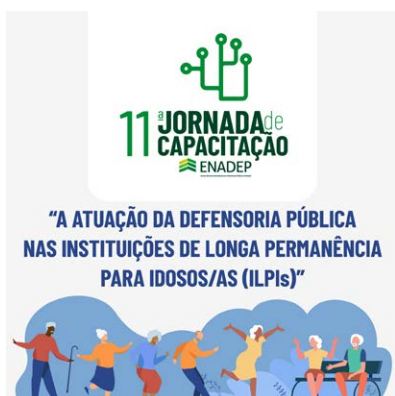
EDUCAÇÃO

moradia digna

SAÚDE

TRABALHO

**"DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A RESOLUÇÃO 40 DO CNDH"**



**11ª JORNADA de CAPACITAÇÃO**  
ENADEP

**"A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS/AS (ILPIs)"**



**12ª JORNADA de CAPACITAÇÃO**  
ENADEP

**"A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA EM PROL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA"**




**CURSO MODULAR DE QUESTÕES CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE**

Oficina virtual de comunicação

## DEFENSORIA PÚBLICA: EM AÇÃO PELA INCLUSÃO.

17 de abril (segunda-feira)  
A partir das 16h  
No Zoom

>> Inscrições gratuitas no site da ANADEP (vagas limitadas)



### 14 JORNADA de CAPACITAÇÃO

ENADEP

Disponível no site da Escola

A nova abordagem do reconhecimento de pessoas no Processo Penal Brasileiro com ênfase na Resolução 484 do Conselho Nacional de Justiça



Para ter acesso, basta ir ao site [www.anadep.org.br/enadep](http://www.anadep.org.br/enadep) e fazer seu login na área restrita



### 13 JORNADA de CAPACITAÇÃO

ENADEP

Disponível no site da Escola

Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a atuação da Defensoria Pública




Para ter acesso, basta ir ao site [www.anadep.org.br/enadep](http://www.anadep.org.br/enadep) e fazer seu login na área restrita




## CURSO MODULAR DE ATUAÇÃO EM DESASTRES



## Curso Modular "O SISTEMA DA ONU"



## CURSO MODULAR "JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE, PERSPECTIVAS E REPERCUSSÕES RELATIVAS À JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"

## I ENCONTRO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA SOBRE LITÍGIOS E PROCESSOS ESTRUTURAIS

Quinta-feira (28) das 14h às 17h30, no Youtube da ANADEP (@canalANADEP)



**PARTICIPE!**

Sem necessidade de inscrição. Evento com certificado.




## II CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA, PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL E LIDERANÇA PARA DEFENSORAS PÚBLICAS

4 AULAS  
Dias 9, 16 e 23/9, das 19h às 20h30, via Zoom  
Dia 30/9, as 16h (presencial em Brasília)

150 vagas para defensoras públicas estaduais e distrital associadas da ANADEP

INSCRIÇÕES ABERTAS ATÉ O DIA 6 DE SETEMBRO

INFORMAÇÕES: [anadep@anadep.org.br](mailto:anadep@anadep.org.br) com assunto "Curso de Formação Política, Participação Institucional e Liderança"

Acesse o QRCode ao lado e inscreva-se





# Campanhas nacionais de educação em direitos

#RACISMO  
#Defensoria851m



## RACISMO se combate em TODO lugar

Defensoria e Defensores Públicos para equidade racial no acesso a direitos e políticas públicas para pessoas indígenas, negras, quilombolas e povos tradicionais.




## DEFENSORIA PÚBLICA: EM AÇÃO PELA INCLUSÃO.

Defensoras e Defensores Públicos na luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

Lutar por uma sociedade inclusiva e participativa é objetivo de defensoras e defensores públicos. O resultado dessa parceria de pessoas com deficiência com defensoras e defensores públicos, com instituições sem fins lucrativos de assistência jurídica, saúde, educação, trabalho, transporte, cultura, esporte e lazer, como garantido na Lei Brasileira de Inclusão.



Realização:  



## UM NOVO PRESENTE É POSSÍVEL

### DEFENSORIA PÚBLICA PELA SUPERAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA

Muitos estão invisibilizados pela situação de rua. É possível em atuação da Defensoria Pública para a inclusão social e econômica. Por isso, a atuação da Defensoria Pública é fundamental para garantir acesso à justiça e direitos, como a contratação em políticas públicas.

Realização:  

[www.anadep.org.br/umNovoPresentePossivel](http://www.anadep.org.br/umNovoPresentePossivel)



# BLODEPM

## ANADEP assume coordenação geral do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul

**A** ANADEP foi eleita para assumir a coordenação geral do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM), durante o biênio 2021-2023. A Associação de Magistrados e Funcionários do Ministério Público de Defesa da República Argentina (ADEPRA) ocupou a vice-coordenação, enquanto a secretaria-geral ficou sob responsabilidade da Defensoria Pública Geral do Paraguai. A posse da nova diretoria ocorreu no âmbito do Congresso do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do MERCOSUL (BLODEPM), realizado em 2021.

“É um desafio e uma honra para a ANADEP estar à frente do BLODEPM. O Bloco é um grupo fundamental para debatermos as questões institucionais da Defensoria Pública e as pautas de direitos humanos com nossos países vizinhos do Mercosul. É uma

forma de ampliarmos nossa atuação e nosso olhar em relação ao acesso à justiça. Além de uma grande oportunidade de debater a importância do associativismo”, pontua a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte.

O BLODEPM é uma associação civil criada em 2004 pelos membros plenos do Mercosul. O objetivo é o de promover o fortalecimento institucional dos(as) defensores(as) públicos(as) dos estados da região, estabelecendo uma coordenação interinstitucional para proteção dos direitos humanos dos litigantes em vulnerabilidade jurídica e econômica.

O Bloco foi constituído em 11 de setembro de 2004 mediante a ata de fundação assinada na cidade de Assunção, Paraguai, sendo exclusivo aos países integrantes do Mercosul que possuem Defensorias Públicas.



## Congresso BLODEPM

Em novembro de 2023, a ANADEP promoveu o XII Congresso do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM), em Brasília (DF), e teve por tema central “Novas perspectivas da Defensoria Pública na América”.

“A realização deste evento vai ao encontro do objetivo central do Bloco de estabelecer uma coordenação interinstitucional para proteção dos direitos humanos e promoção do acesso à justiça às pessoas em situações de vulnerabilidades no âmbito dos países integrantes do Mercosul”, discursou a presidenta Rivana Ricarte.

O juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Rodrigo Mudrovitsh, proferiu a palestra magna e discorreu sobre o Controle de convencionalidade – nome dado à verificação da compatibilidade entre as leis de um Estado com as normas dos tratados internacionais firmados e incorporados à legislação do país.

Os painéis do evento abordaram as temáticas dos grupos de trabalho do Bloco: violência institucional, violência de gênero e justiça restaurativa. A palestra de encerramento foi realizada por Estefânia Maria de Queiroz Barboza – Doutora e Mestre em Direito pela PUC-PR, Professora de Direito Constitucional da Universidade Federal do Paraná e Vice-Presidente da Associação Ítalo-brasileira de Professores de Direito Administrativo e de Direito Constitucional.



Registros das assembleias anuais do BLODEPM realizadas durante a coordenação da ANADEP.



# 20 anos AIDEF

## ANADEP esteve presente nas celebrações da entidade na Costa Rica

**P**ara celebrar os 20 anos da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF) foi promovido, em novembro de 2023, em San José, Costa Rica, o Encontro Internacional de Defensores Públicos da América Latina. O evento reuniu personalidades do mundo jurídico com experiência e trajetória reconhecida da maioria dos países-membros da AIDEF.

A conferência de abertura contou com a participação do presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Ricardo Pérez Manrique; do Coordenador Geral da AIDEF, Juan Carlos Pérez Murillo; do Diretor do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento de Delinquentes ILANUD, Douglas Durán Chavarría; e do Presidente da Suprema Corte de Justiça da Costa Rica, Orlando Aguirre Gómez.

Os debates foram divididos em seis painéis que abordaram temáticas, como o acesso à justiça, defesa criminal com perspectiva de gênero, privação

de liberdade, defesa penal com perspectiva de gênero, justiça restaurativa e rede de proteção para os migrantes. A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, o ex-presidente da ANADEP, André Castro, e o defensor público Rodrigo Roig, foram alguns dos painelistas. A vice-presidenta institucional da ANADEP, Juliana Lintz, e a diretora adjunta de relações internacionais, Ana Karoline Santos, também acompanharam o evento.

Rivana Ricarte participou do painel 2 “Acesso à Justiça e Defesa Pública”, ao lado da defensora pública-geral do Paraguai, María Lorena Segovia Azucas e do ex-juiz da Corte Interamericana, Sergio García Ramírez (México). A palestra foi moderada por Angel Torres, defensor público-geral do Equador.

A presidenta da ANADEP apresentou um panorama da Defensoria Pública no Brasil, com foco nas potencialidades e desafios da instituição e promoveu uma reflexão teórica sobre novas formas de acesso à justiça sob as dimensões substantiva, emancipatória





O encerramento contou com a participação do juiz da Corte IDH, Raúl Zaffaroni.

e coletiva. Rivana levou todos a refletirem como a Defensoria Pública na região deve estar comprometida para a efetivação do direito ao acesso à justiça e com a construção da identidade institucional da Defensoria Pública, ocupando o território, dialogando com os movimentos sociais e sendo amplificadores das demandas como instrumentos de transformação social. Foram elencadas práticas exitosas das Defensorias Públicas Estaduais que ampliam o acesso à justiça e aproximam a sociedade da Instituição. Entre os exemplos citados, estão: a presença da sociedade civil na instituição através da Ouvidoria Externa, a Posse Popular de Defensores Públicos da Bahia, o programa Acesso à Justiça nos Territórios (DPE-RJ), Atendimento Itinerante (DPE-MA), Van de Direitos (DPE-CE), Expedição Marajó (DPE-PA), entre outras.

Já André Castro esteve no painel que debateu “as conquistas e os desafios 20 anos após a criação da AIDEP”. A mesa contou com a participação de Andrés Mahnke (Chile) e Stella Maris Martínez (Argentina), além do presidente da Associação Interamericana, Juan Carlos Pérez Murillo.

## LANÇAMENTO LIVRO

Durante o Encontro Internacional de Defensores Públicos da América Latina foi lançado o livro “Impacto da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos na perspectiva da Defesa Pública”.

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, analisou quatro casos perante a Corte IDH que resultaram em artigos publicados na obra, ao lado de outros defensores(as) públicos(as).



QR Code  
para acessar  
a obra na  
íntegra



Conheça a composição do Comitê Executivo da AIDEF biênio 2024-2026.



# ANADEP é a nova coordenadora-geral da AIDEF

**A** ANADEP foi eleita coordenadora-geral da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF) para o biênio 2024-2026. Esta é a segunda vez que a ANADEP ocupa o cargo. A primeira foi em 2010, durante a gestão do então presidente André Castro.

O Comitê Executivo será composto ainda pela Defensoria Pública da Costa Rica (sub-coordenação), Defensoria Geral da Nação da República da Argentina (secretaria-geral) e a Associação Civil de Magistrados e Funcionários do Ministério Público da Defesa da República Argentina - ADEPRA (tesouraria).

“É mais um espaço fundamental ocupado pela ANADEP. Estarmos à frente da AIDEF faz com que a Defensoria Pública brasileira ganhe destaque no debate sobre o fortalecimento da nossa instituição na seara internacional. A AIDEF é um espaço profícuo de debate e troca entre defensoras e

defensores públicos de todas as Américas. Esperamos que, ao longo dos próximos dois anos, possamos contribuir de forma positiva com este coletivo, além de avançar nas pautas que são caras às Defensorias Públicas de todos os países que formam a AIDEF”, destacou a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte.

Fundada em 2003, a AIDEF reúne Defensorias Públicas das Américas e Caribe e tem como objetivo ser uma organização que promova a independência e autonomia funcional de todas as Defensorias Públicas, assegurando um equilíbrio com os demais órgãos do sistema de Justiça. A entidade apoia os(as) defensores(as) públicos(as) no exercício de suas atividades dentro dos marcos de direitos e garantias previstos nos instrumentos universais e regionais de proteção dos direitos humanos, constituições e leis internas de cada país.



ESTAMOS À FRENTE DA AIDEF FAZ COM QUE A DEFENSORIA PÚBLICA BRASILEIRA GANHE DESTAQUE NO DEBATE SOBRE O FORTALECIMENTO DA NOSSA INSTITUIÇÃO NA SEARA INTERNACIONAL.



RIVANA RICARTE  
Presidenta da ANADEP



# Fórum Jurídico de Lisboa

Evento reuniu mais de 200 participantes do Brasil e da Europa

**A** ANADEP participou do XI Fórum Jurídico de Lisboa, em Portugal, com o tema “Governança e Constitucionalismo Digital”. O evento é considerado o maior encontro político-jurídico brasileiro realizado fora do País e reuniu cerca de 200 participantes entre acadêmicos, juristas, autoridades e representantes da sociedade civil organizada.



## WORLD JUSTICE FORUM 2022

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, na condição de vice-coordenadora da Associação Interamericana de Defensores Públicos (AIDEP), participou do Fórum Mundial da Justiça 2022. O evento aconteceu em Haia (Holanda) e debateu sobre o acesso à justiça no pós-pandemia da COVID-19, com foco nas desigualdades estruturais de longa data e deficiências de governança que ameaçam o progresso.





TSE promove coletiva de imprensa sobre os resultados das eleições municipais em 2024.

# Justiça Eleitoral

## Avanços da Defensoria Pública na seara eleitoral

**N**a perspectiva da proteção aos direitos humanos por meio da efetivação dos direitos políticos, a atuação institucional da Defensoria Pública ganha especial relevo. Como instrumento do regime democrático na garantia do exercício de direitos pelos mais vulneráveis, a atuação defensorial tem especial papel preventivo em relação a condutas que podem afetar a liberdade do eleitor.

A Defensoria Pública tem especial importância no combate à

violência política e aos discursos de ódio na propaganda política e eleitoral. Na seara socioeducativa e prisional, a Justiça Eleitoral tem se empenhado em garantir o direito ao voto para o preso provisório e para o adolescente em cumprimento de medida de internação.

Por isso, é uma bandeira institucional da ANADEP a inclusão da Defensoria Pública nas regulamentações legislativas que tratam do Direito Eleitoral do Brasil, além da proteção dos direitos e

prerrogativas de defensores e defensoras públicas que atuam nesta área.

### MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL

Em 2022, a ANADEP foi uma das entidades selecionadas para as Missões de Observação Eleitoral (MOEs) das eleições gerais. As missões são uma iniciativa do TSE que consistem em procedimentos sistemáticos de acompanhamento e avaliação das eleições. Sem interferir ou auditar o pro-



A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, e a vice-presidenta institucional da ANADEP, Juliana Lintz, em reunião com a presidenta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Cármen Lúcia, em agosto de 2024. Em pauta, a presença da Defensoria Pública no processo eleitoral brasileiro.



A diretoria da ANADEP com o então presidente do TSE, ministro Edson Fachin, para falar sobre a atuação de defensoras e defensores públicos nas MOEs.

cesso eleitoral, os observadores das MOEs visitam os locais de votação, especialmente as seções eleitorais, onde realizam entrevistas com eleitores, presidentes de seção, mesários, secretários e agentes de segurança.

“Foi uma experiência muito positiva e que mostrou como a participação da Defensoria Pública na justiça eleitoral é fundamental”, explica Rivana Ricarte.

A ANADEP também participou das MOEs em 2024, nas eleições municipais. Ao total, 60 defenso-

res(as) públicos atuaram em 32 municípios de 19 estados brasileiros.

### NOVO CÓDIGO ELEITORAL

A ANADEP participa dos debates sobre o novo Código Eleitoral (PLP 112/2021). O texto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. A ANADEP trabalha para incluir a Defensoria no texto final, seja em forma de emenda ainda na CCJ ou em forma de destaque no Plenário da Casa. O diálogo com os parlamentares se mantém.



# ANADEP em números



## Panorama Legislativo

**67**

participações em audiências públicas

+ de **300**

reuniões com deputados(as), senadores(as) e assessoria técnica

**64**

notas técnicas produzidas

**1** Sessão Especial

**5** Sessões Solenes em celebração ao Dia Nacional da Defensoria Pública

+ de **200**

reuniões estratégicas com a assessoria parlamentar

## Atuação Jurídica

+ de **100**

reuniões com a assessoria jurídica

+ de **60**

ingressos de Amicus Curiae em Ações que tramitam no STF e STJ

**31**

memoriais despachados junto aos gabinetes dos ministros

**18**

sustentações orais

## Institucional

**35**

assembleias gerais extraordinárias

**6** Sessão Especial

**18** reuniões de diretoria

Participação presencial e virtual em todos os estados da federação

**2** Congressos Nacionais das Defensoras e Defensores Públicos (CONADEP)

**4** Campanhas Nacionais lançadas

**1** Encontro Regional de Defensoras e Defensores Públicos

**28** notas públicas

Lançamento do 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil



## ENADEP

**900**

certificados emitidos

**11** jornadas

Novos convênios e parcerias para associadas e associados

**4** cursos modulares

**3** lançamentos de e-books

**1** oficina

Organizou o 1º Grupo de Estudos em 2024

## Comunicação Institucional

**400**

inserções na imprensa nacional

**30%** foi o crescimento do Instagram

**3.621**

novos seguidores

+ de **150**

mil contas alcançadas só em 2024

+ de **500**

mil visualizações de conteúdo por ano

**1º**

lugar no Conbrascom 2024, categoria "vídeo institucional"

## Associativismo

2021  
**6.000**

associadas e associados

2024  
**7.228**

associadas e associados

**CRESCIMENTO DE 17%**



# Nova diretoria

**Fernanda Fernandes é eleita a nova presidenta da ANADEP para o biênio 2025-2027**

**A** defensora pública de Goiás, Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes, atual vice-presidenta administrativa da ANADEP, foi eleita presidenta da Associação Nacional para o biênio 2025-2027. Ela será a quarta mulher a ocupar o cargo. A eleição ocorreu no dia 12 de dezembro de 2024, durante a assembleia geral ordinária, na sede da ANADEP, em Brasília. O encontro foi aberto com a presença da vice-presidenta institucional, Juliana Lintz.

Fernanda Fernandes, integrante da primeira turma de defensores(as) públicos(as) da DPE-GO, destacou-se como a mais votada para o Conselho Superior

da Instituição no biênio 2015-2017. Foi pioneira na coordenação do Núcleo de Direitos Humanos e teve atuação relevante na área da infância e juventude.

No âmbito nacional, representou a ANADEP no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) e liderou a criação do FOCATE, um fórum estratégico que reúne carreiras típicas do Estado de Goiás para debater temas de interesse coletivo.

Na vice-presidência institucional, estará Mário Rheingantz, defensor público do Rio Grande do Sul e presidente da ADPERGS. Kelviane Barros, defensora pública do Ceará e presidenta da Associação dos

Defensores Públicos do Ceará, assumirá a vice-presidência jurídico-legislativa. Já a vice-presidência administrativa ficará a cargo de Rômulo Carvalho, vice-presidente da ADEP-MG. Além disso, foram escolhidos os integrantes dos Conselhos Diretor, Consultivo e Fiscal da Entidade. A votação ocorreu entre 10h e 15h, com acompanhamento de uma comissão eleitoral.

Cada estado da Federação teve direito a dois votos: um da presidência da Associação filiada (com peso dois) e outro apurado por maioria simples entre defensoras e defensores públicos presentes, presencial ou virtualmente, com peso um.





“ NÓS ESTAMOS AQUI PARA TER A ESTRUTURA NECESSÁRIA, AS ATUAÇÕES NECESSÁRIAS E O RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO NECESSÁRIA PARA ALCANÇAR ESSA MISSÃO QUE É MAIS DO QUE UMA MISSÃO INSTITUCIONAL, É UMA MISSÃO DE VIDA. MAS ACIMA DE TUDO, ESTAR AQUI COM CADA UM E COM CADA UMA DE VOCÊS FORTALECE ESSA MISSÃO. A GENTE SÓ CONSEGUE RESULTADO QUANDO ESTAMOS UNIDOS POR UM PROPÓSITO ÚNICO QUE É O DA NOSSA CARREIRA DA NOSSA INSTITUIÇÃO. ”

**FERNANDA FERNANDES**, Presidenta eleita

# Fernanda Fernandes

Nova presidenta da ANADEP fala sobre as expectativas do mandato 2025-2027

**C**omo avalia o papel da Defensoria Pública no acesso à justiça para a população mais vulnerável?

O papel da Defensoria no acesso à justiça pelos mais vulneráveis é essencial em nosso país. Apenas a defesa pública e integral, a qual se propõe a Defensoria Pública do Brasil com respaldo no artigo 134 da Constituição Federal, é aquela que, de fato, pode alcançar, com qualidade e eficiência, por sua independência e autonomia, a defesa consistente dos direitos das pessoas vulnerabilizadas em diversos aspectos, seja por sua vulnerabilidade econômica, jurídica, circunstancial ou qualquer outra que imponha uma situação de desequilíbrio a um indivíduo ou coletividade no que tange a aquisição ou manutenção de seus direitos.

**Na sua gestão frente à Anadep, como você pretende fortalecer a Defensoria Pública?**

A nova gestão à frente da Anadep terá por objetivo fortalecer a Defensoria Pública por meio do fortalecimento dos atores que conduzem essa nobre missão: os defensores e defensoras públicas.

A atividade defensorial, que é, em todas as suas vertentes, a defesa dos direitos humanos, só pode ser alcançada com eficiência se garantirmos as condições adequadas de trabalho e o olhar humano para aqueles e aquelas que executam esse defender.

A defesa das prerrogativas, dos direitos e interesses individu-

ais e coletivos dos associados e associadas, assim como o trabalho conjunto com as associações das defensoras e defensores públicos dos Estados, do Distrito Federal, da União, e com todos os demais colegiados institucionais e demais poderes da República, visando ações para a garantia do número suficiente de defensores e defensoras públicas, das condições estruturais necessárias para a execução operacional com autonomia e independência e da remuneração adequada dos defensores e defensoras públicas, são objetivos que conduzirão nossos propósitos de gestão.

**Qual a sua mensagem para os(as) associados(as) para este novo biênio?**

Aos associados e associadas reforçamos o compromisso com um modelo associativista pautado na construção coletiva, na democratização de ideias, no respeito às diferentes perspectivas, na ética, na transparência, na humanização do trabalho e na capacidade de inovação para garantir nossos objetivos de defesa dos interesses e prerrogativas dos associados e associadas. Estamos determinados e motivados a promover a valorização profissional dos defensores e defensoras públicas, com a busca da simetria e do tratamento equitativo em relação às demais instituições do sistema de justiça, fortalecendo os alicerces que sustentam nossa independência funcional e autonomia institucional.

“

ESTAMOS DETERMINADOS E MOTIVADOS A PROMOVER A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS DEFENSORES E DEFENSORAS PÚBLICAS, FORTALECENDO OS ALICERCES QUE SUSTENTAM NOSSA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL E AUTONOMIA INSTITUCIONAL.

”





## CONSELHO DIRETOR - Biênio 2025-2027

Fernanda Fernandes - Presidenta da ANADEP

Mário Reingantz - vice-presidente institucional

Kelviane Barros - vice-presidenta jurídico-legislativo

Rômulo Carvalho - vice-presidente administrativo

Bruno Braga - Diretor jurídico

Rivana Ricarte - Diretora para assuntos legislativos

Igor Lobato - Diretor adjunto para assuntos legislativos

Jordana Rolim - Diretora de Comunicação

Juliana Lintz - Diretora para assuntos internacionais

Melissa Borborema - Diretora de articulação social

Janaína Yumi - Diretora adjunta de articulação social

João Joffily - Diretor de Eventos

Thiago Amin - Diretor da Escola Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ENADEP)

Luiz Felipe Rufino - Diretor adjunto da Escola Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ENADEP)

Glauce Mendes Franco - Diretora de aposentados

Lenora Cavalcanti - Diretora adjunta de aposentados

Marcelo Florêncio - Diretor 1º tesoureiro

Matheus Pacheco - Diretor 2º tesoureiro -

Geana Oliveira - Diretora 1ª secretária

Arilson Pereira Malaquias - Diretora 2ª secretária

Tereza Cristina - Diretora coordenadora da Região Nordeste

Fenícia Araújo - Diretora coordenadora da Região Norte

Nancy Carvalho - Diretora coordenadora da Região Centro-Oeste

Érick Ferreira - Diretor coordenador da Região Sul

Douglas Louzada - Diretor coordenador da Região Sudeste



[anadep.org.br](http://anadep.org.br)



[anadepbrasil](https://www.instagram.com/anadepbrasil)



[ANADEP.oficial](https://www.facebook.com/ANADEP.oficial)



[anadep\\_brasil](https://twitter.com/anadep_brasil)



[canalANADEP](https://www.youtube.com/canalANADEP)

ANADEP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS  
SETOR BANCÁRIO SUL • QUADRA 02 • LOTE 10 • BLOCO J  
ED. CARLTON TOWER • SOBRELÓJAS 1 E 2 VASA SUL  
CEP 70.070-120 • BRASÍLIA-DF • BRASIL • TEL.: +55 61 3963.1747